



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VII — N.º 64 — S. PAULO, SETEMBRO DE 1962 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

ANGOLA: AMEAÇA À PAZ

CARLOS
MARIA DE
ARAUJO



Refugiados angolanos prestam depoimento em Leopoldville perante a Comissão especial da ONU encarregada de investigar a situação nas colónias portuguesas. A Comissão, que foi proibida por Salazar de entrar em Angola e nas demais colónias, acentua no seu relatório, agora publicado (ver pag. 8), que a repressão militar empreendida contra as populações angolanas constitui ameaça grave para a Paz e a segurança internacionais.

O jornal PORTUGAL DEMOCRATICO, todos os anti-salazaristas e patriotas portugueses, acabam de sofrer uma grande perda. Carlos Maria de Araujo, morreu. Poeta e jornalista, lutador antisalazarista, Carlos Maria de Araujo foi um dos mais abnegados na luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas em sua terra natal. Membro do Conselho de Redação deste jornal tendo tido durante cerca de um ano a responsabilidade máxima na publicação do mesmo, Carlos Maria de Araujo, apesar de gravemente doente, jamais deixou de combater, jamais sobrepôs os seus interesses pessoais às exigências da luta. Foi nessa constante batalha que buscou as últimas forças.

Como poucos, soube distinguir a efêmera existência pessoal da eternidade dos batalhadores anônimos. Dêle poder-se-á dizer que morreu de pé em seu posto. Carlos Maria de Araujo, companheiro de tantos tormentos, general de tantas vitórias, não esqueceremos o teu grito:

Este chicote
Rasgando-nos a boca
Mas nunca o grito
Companheiro
Até quando
Companheiro.

A FALSA PORTA

Cinquenta personalidades da Oposição portuguesa dirigiram a Américo Tomaz um documento no qual sustentam como inadmissíveis a formação de novo ministério, a adoção de nova política para as colónias e de medidas decisivas no setor económico.

Em cada um dos sentidos em que o documento da Oposição se desdobra, encontram-se como únicas e reais soluções aquelas mesmas que são o oposto do regime salazarista. Com efeito, o que se torna inadmissível é a expulsão de Salazar, a libertação dos presos políticos e o restabelecimento das liberdades democráticas; é o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência das colónias; é a supressão dos privilégios dos monopólios e latifúdios que hoje as fixam a economia portuguesa.

É verdade que a "constituição" salazarista possibilita teoricamente a satisfação dos propósitos manifestados na petição oposicionista. Mas esperar a demissão (vale dizer: a

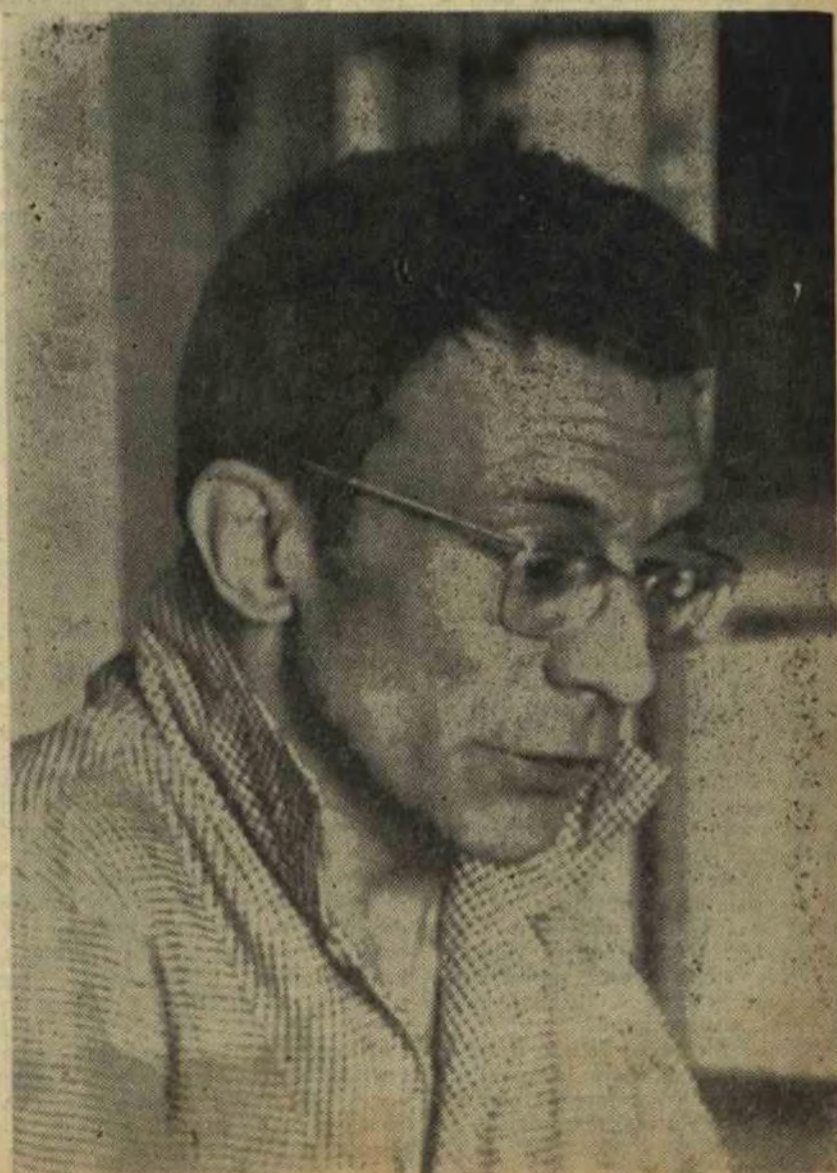
abdicação) de Salazar é esperar praticamente o impossível, pois essa "saída" constitucional nada mais é do que uma porta falsa pintada no cenário "legalista" montado pelo próprio Salazar.

O caminho para chegarmos às realidades justamente consideradas inadmissíveis pelas cinquenta personalidades da Oposição é um só: levantamento nacional, insubordinação de todo um povo que há trinta e seis anos é espoliado e oprimido, a insurreição nacional

Deve a luta legal continuar a ser desenvolvida, onde e quando for ainda possível. As ações legais, e ilegais, o seu crescimento e a sua multiplicação constituirão a base do levantamento nacional. E' nelas que se orientará a massa dos indecisos. E' nelas que se criará a organização indispensável. E' nelas que se forjará a Unidade necessária.

Neste caminho, as personalidades da Oposição têm um papel relevante e urgente a desempenhar.

PORTUGAL
DEMOCRATICO



Salazarismo sem Salazar

MANUEL SERTÓRIO

(Continuação do n.º anterior)

4. PLANEJAMENTO DA AÇÃO: CONDIÇÃO DO LEVANTE NACIONAL

O planejamento da ação anti-salazarista só pode ter, hoje, como objetivo a luta total contra o fascismo na nossa Pátria, a desenvolver tanto na frente interna como na frente externa e tanto no campo da reivindicação da legalidade como no sublegal.

Nenhuma ação susceptível de provocar o agravamento das condições internas e externas do salazarismo ou de minar mais profundamente ainda a autoridade do governo e do Estado fascistas deverá, em princípio, ser desprezada. Ao contrário, nunca, como agora, foram tão necessárias, num cuidado e constante balanço das forças anti-salazaristas e das forças da repressão, a imaginação e a audácia políticas.

Nas condições pré-insurrecionais existentes, o maior erro que se poderia cometer seria o persistir nas lutas parciais desarticuladas, quer lançando-nos em campanhas legais sem delas tirarmos, no plano sublegal, todas as suas consequências quer partindo do princípio de que as ações insurrecionais, embora preparadas subterraneamente, não exigem, como sucede, uma prévia ou simultânea movimentação das massas populares, no campo da atuação de cunho legal.

O que poderia ter acontecido nas eleições de 1961 se em lugar da abstenção final, com ou sem prazo marcado, se tivesse realizado, na boca das urnas, uma efetiva fiscalização do escrutínio, capaz de resistir às violências habituais e de provocar a ida para a rua de forças militares, de duvidosa iniciativa revolucionária mas que não iriam nem irão metralhar o povo!

Desde Maio de 1958 que as massas populares têm dado sobejas provas de uma magnífica consciência insurrecional e foram elas que transmitiram essa consciência às diversas diretorias políticas. O que se torna agora necessário é planejar e executar o processo coordenador das diversas ações possíveis, extraíndo delas, dialécticamente, todas as suas potencialidades, por forma a conduzir as massas à sua eclosão insurrecional.

E evidente que não poderá fazer-se eclodir um levante nacional mediante alvará da Oposição. Mas não é menos evidente que se se quiser aproveitar e desenvolver o élan revolucionário das massas populares, há que concretizar com a possível precisão o tipo de insurreição que derrubará o salazarismo e as ações parciais que a tornarão uma realidade.

Tratar-se-á de um levante pacífico? Certamente que não. Irá o povo armar-se com chuços e roca-deiras? Certamente, também, que não. Como obter, então, as armas necessárias, não aquelas com que alguns sonham ainda na emigração mas sim as que se encontram em Portugal e pertencem ao povo português?

A insurreição nada tem a ver com nenhuma espécie de golpe nem de terrorismo. Mas como a distinguir destas, na prática, a não ser pela correta caracterização das verdadeiras ações insurrecionais e da forma como poderá e deverá eclodir o levante insurrecional? É terrorismo lançar bombas do cimo de um elevador ou em cabinas telefónicas? Sem dúvida que sim. Mas serão necessariamente terroristas e igualmente condenáveis todos os atos de violência, mesmo quando integrados num plano de conjunto e destinados a alcançar objetivos bem definidos? Como conquistar para a insurreição os soldados, nos quartéis ou já nas ruas? Ou como, pelo menos, neutralizar a ação da tropa?

Como desencadear e apoiar greves parciais ou esporádicas paralisações do trabalho, não como protesto extemporâneo contra violências da engrenagem salazarista mas como preparação de uma greve geral insurrecional? Por que forma se deverá paralisar o Estado fascista, nomeadamente no que se refere às comunicações rodoviárias, ferroviárias e telegráficas?

A solução, teórica e prática destas e de outras questões terá de ser dada, de acordo com a análise correta da atual conjuntura portuguesa e das modificações previsíveis da mesma, por um comando insurrecional capaz de planejar e de promover, com espírito criador, o desenvolvimento do processo insurrecional, de aplicar novas táticas de agitação, de formar os órgãos necessários para o enquadramento das massas, de transmitir a estas palavras de ordem simples, claras e justas e de fazer eclodir, finalmente, a insurreição, mediante as ações detonadoras adequadas.

É na medida em que começar a realizar na prática este trabalho que o comando insurrecional se tornará uma indiscutível direção nacional de toda a luta.

5. A EMIGRAÇÃO POLITICA: MINISTÉRIO DO EXTERIOR DA OPOSIÇÃO

A atuação dos emigrados deve articular-se no plano insurrecional da frente interna.

As atuais possibilidades dessa atuação são incomparavelmente mais grandiosas do que as de há poucos anos atrás, pelo que é errado quanto ao julgar que a frente principal de batalha pode ser deslocada para o estrangeiro e o minimizar suspeitosamente o que aí podemos no presente conseguir.

O fascismo português está já desmascarado internacionalmente, como bem provado ficou quando da conquista do "Santa Maria", pois que a repulsa pré-existente despertada pelo salazarismo foi a causa da unânime simpatia mundial que envolveu aquela operação e não a sua consequência.

A emigração política não cessa de engrandecer-se quantitativa e qualitativamente e a presença neia do General Humberto Delgado é um fator muito importante.

Por outro lado, a extraordinária receptividade internacional para a luta dos povos das colónias portuguesas pela sua emancipação abrangeira ao mesmo tempo a nossa luta se negociarmos com as organizações nacionalistas a ajuda mútua que podemos e devemos prestar-nos, em virtude da luta dessas organizações ser dirigida contra um sistema colonialista que historicamente é também um sistema fascista e da nossa luta ser dirigida contra um sistema fascista que historicamente é também um sistema colonialista, o que não conduz a uma convergência total de objetivos mas leva sem dúvida a uma convergência parcial, como a zona comum aos círculos delimitados por duas circunferências secantes.

Especialmente este último facto representa uma modificação qualitativa das condições objetivas da nossa luta, que tem de ser tomada, na prática, na devida consideração.

É em consequência de tudo isto que a denúncia, no Exterior, dos crimes salazaristas deve perder o carácter de mera informação da opinião pública internacional para passar a visar a obtenção do apoio concreto à luta do nosso povo tal como as campanhas pela anistia dos nossos presos e exilados políticos devem tornar-se um movimento mundial de solidariedade ativa a todas as lutas pelo derrubamento do salazarismo.

Além disso, as ações locais dos diversos núcleos de emigrados políticos devem integrar-se hoje numa verdadeira ação diplomática centralizada, destinada a alcançar aquele apoio, não só moral como material, junto da opinião pública mundial, dos governos dos outros países (em primeiro lugar dos neutralistas) e das instâncias e organismos internacionais.

Esta ação diplomática, cujo êxito depende em grande parte do nosso anti-colonialismo ativo competente, naturalmente, aos exilados.

A verdade, porém, é que os emigrados políticos, que desde sempre deveriam ter operado, pelo menos, como o "neriscópio" da Oposição, informando-a corretamente das perspectivas abrangidas de fora do arame farpado salazarista, mal conseguem ainda funcionar neste sentido, numa altura em que esse papel de dupla informação (da Oposição e da opinião pública internacional) está muito à queimada

das novas condições de luta no Exterior.

Estas condições exigem que, sem perda de tempo, se crie no estrangeiro um autêntico ministério dos negócios exteriores da Oposição — portanto do povo português — não para improvisar política nenhuma mas para executar a política externa que lhe for consignada pela diretoria nacional da luta em Portugal.

Não é de esperar, nem de desejar, o surtimento espontâneo deste departamento do Exterior, já que aí existem, entre os democratas, emigrados e imigrados, os primeiros vivendo para o momento do regresso a Portugal e os segundos definitivamente integrados no novo meio em que se radicaram.

É, portanto, a diretoria nacional que terá de proceder a este trabalho e de fazer sair do país, para isso, se julgar necessário, parte dos elementos a quem entenda atribuir, por delegação de poderes, o papel funcional de seus agentes externos.

Precisamente porque os atuais dirigentes da incipiente frente externa nenhuma resolução válida poderão, sózinhos, tomar neste sentido, é de imperiosa urgência a realização de uma conferência entre eles e os dirigentes da frente interna, destinada a uma perfeita articulação das ações a desenvolver nas duas frentes.

Uma ação diplomática dos democratas no Exterior, revestida da necessária representatividade orgânica e à altura das novas condições de luta, será um precioso contributo para o êxito do plano insurrecional.

6. SALAZARISMO SEM SALAZAR: PERIGO DA HORA PRESENTE

É a iminência da insurreição nacional que poderá levar os elementos menos cadaverosos do salazarismo a apearem Salazar, no interesse do próprio salazarismo. Este é, aliás, o único caso em que pode corretamente pôr-se esta hipótese e que mostra com clareza como a eventual substituição de Salazar não comportará, neste momento, nenhum propósito de liberalização do regime mas, ao contrário, o de evitar, por uma contra-revolução antecipada, a democratização do nosso país.

Ora, começou o navio salazarista a ser abandonado pelos ratos, distinguindo-se mesmo entre estes algumas ratazanas, o que põe de fato, diante do povo português, a hipótese de um salazarismo sem Salazar.

Não cabe aos democratas portugueses impedir uma revolução de nascido nem, mesmo que lhes coubesse fazê-lo, interessaria obstar à substituição de Salazar, que, a verificar-se, será em grande parte o resultado de lutas populares pela sua demissão. Cabem e interessam aos democratas, porém, duas coisas: a primeira, evitar que a fórmula do salazarismo sem Salazar sirva de entorpecente da luta insurrecional; a segunda, preparar desde já, para o caso daquela fórmula se tornar uma realidade, uma ampla movimentação popular capaz de fazer frente ao salazarismo n.º 2 e de alcançar a final democratização do nosso país.

Uma das formas de contribuir simultaneamente para estas duas finalidades é a explicitação de uma plataforma para a II República Portuguesa.

Na vigência de um salazarismo sem Salazar, a plataforma deverá funcionar como um programa máximo das forças de esquerda, a justificar todas as pressões possíveis no sentido da pronta satisfação de um programa mínimo: anistia dos presos e exilados políticos, abolição da PIDE e da censura e legalização dos partidos políticos. perante o derrubamento do salazarismo, a plataforma poderá ser o programa mínimo das forças de esquerda (não é claro, o programa para a construção do socialismo, que então surgirá, como novo programa máximo), contendo as reformas mais urgentes para a derrota da contra-revolução e para a democratização da sociedade portuguesa, baseando esta no crescimento "para dentro" da economia nacional e na sua emancipação de sujeições imperialistas, mediante o

Operários do Brasil com operários de Portugal

Na sessão de encerramento do IV Encontro Sindical Nacional que se efetuou em São Paulo no dia 19 de Agosto, o sr. Dante Pellacani, presidente do conclave e presidente em exercício da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria submeteu ao plenário a moção que a seguir reproduzimos e foi aprovada por aclamação:

"Os representantes da classe operária brasileira, reunidos no IV Encontro Sindical Nacional, em São Paulo, tendo conhecimento de que, em Portugal, o governo fascista de Salazar, com total desprezo pelos princípios dos tratados internacionais que subscreeveu e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, prossegue na sua política de barbara repressão policial contra as classes trabalhadoras perseguindo, encarcerando e torturando milhares de operários e camponeses e recusando-se a ouvir

as suas legítimas reivindicações, resolvem:

a) Manifestar o seu irrestrito apoio à luta heróica dos trabalhadores portugueses e seus contra o regime fascista de Salazar;

b) Congratular-se com a grande vitória obtida pelos camponeses de Alentejo ao conquistarem a jornada de oito horas, pondo termo ao anacrónico sistema da jornada "de sol a sol";

c) Solidarizar-se com os objetivos da Conferência da Europa Ocidental para a Anistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, conclave que se iniciará em Paris no dia 3 de novembro próximo;

d) Expedir telegrama a s. exa. o presidente da República, solicitando se digne transmitir ao governo de Lisboa a profunda preocupação da classe operária brasileira pela sorte dos trabalhadores detidos nas masmorras salazaristas por "crimes" políticos.

Homenagem à memória de Carlos Maria de Araujo

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em uma de suas últimas sessões, o requerimento em que o vereador Fernando Pereira Barreto e diversos outros edis solicitavam a consagração, em ata, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em desastre aviatório, no Rio de Janeiro, do nosso companheiro de trabalho Carlos Maria de Araujo.

Diz o documento, na íntegra: "Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, em regime de urgência, dispensadas as formalidades regimentais, fique consignado nos Anais desta Câmara voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Carlos Maria de Araujo, ocorrido no Rio de Janeiro, quando o jovem e brilhante intelectual, que se destacava como um dos mais notáveis poetas de sua geração, se dirigia à Europa, em busca de repouso e cura. Componente da brilhante redação de "O Estado de S. Paulo", Carlos Maria de Araujo, embora português de nascimento, participava, como brasileiro de adoção e como democrata, das nossas lutas por melhores dias, pois sabia amar, com sensibilidade de poeta, à terra que escolhera e ao povo ao qual se integrara Suas

crônicas dominicais no "O Estado", como o seu trabalho anónimo na redação daquele órgão da nossa imprensa traziam, sempre, a marca do seu espírito cheio de amarga ironia e da sua vocação de moço defensor da liberdade. O seu desaparecimento enluta, pois, não apenas a família jornalística luso-brasileira, mas a geração a que Carlos Maria de Araujo pertencia como uma das mais destacadas figuras. Requeremos, outrossim, seja este nosso voto levado ao conhecimento da corporação de "O Estado de S. Paulo", como também da família enlutada".

Duas moções

Publicamos a seguir duas moções aprovadas por unanimidade na Assembléa Geral da "Unidade Democrática Portuguesa" realizada em 16 de junho p. p.

"A Assembléa Geral da "Unidade Democrática Portuguesa", reunida em São Paulo (Brasil) no dia 16 de Junho de 1962, dirige às Juntas de Acção Patriótica as suas mais efusivas saudações anti-salazaristas reconhecendo nas J. A. P. o esquema organizativo destinado a derrubar o governo fascista de Salazar e a criar, através da acção, a direcção nacional e unitária necessária para a coordenação, que tanto se impõe, de todas as frentes internas e da frente externa e para o êxito da nossa luta; pede às J. A. P. que lhe façam chegar as suas directivas acerca das acções em que entendam dever traduzir-se a luta no exterior; e exprime a sua inteira solidariedade activa com os propósitos das J. A. P. de fazer acompanhar a destruição do fascismo salazarista das reformas de estrutura exigidas pela democratização da sociedade portuguesa."

—o—
A Assembléa Geral da "Unidade Democrática Portuguesa", reunida em São Paulo (Brasil) no dia 16 de Junho de 1962, sauda todas as organizações nacionalistas das colónias portuguesas; afirma-lhes a seu reconhecimento do direito à independência imediata e incondicional dos povos que elas representam; agradece-lhes a distinção por elas comumente feita entre o governo fascista e belicista de Salazar e o povo português que deseja a paz e a amizade e métodos os povos do mundo, muito especialmente com os das nações e territórios hoje dependentes do Estado português; e protesta a disposição de, na esfera da sua actividade política, procurar meios práticos de contribuir para o fim rápido da ocupação e das operações militares nas colónias em que elas têm lugar; manifestando o seu desejo de cooperação com as organizações nacionalistas através de acções concretas destinadas a quele fim.

investimento reprodutivo da maior fração possível do produto nacional e o reinvestimento imediato de todo o aumento da produção, com completa subordinação de toda a política económica aos imperativos da soberania nacional.

É claro que não há nenhum esquerdismo que surta da sua simples reivindicação nem de catalogações abstratas, por mais consagradas que elas sejam, mas sim de atitudes concretas e realistas, a fazer e a refazer a todo o momento, em face das condições objetivas e das suas constantes modificações. Mas é igualmente claro que, neste transe histórico que a Pátria está a viver, ser-se da esquerda implica, antes de mais, tudo fazer para que o salazarismo com Salazar não reviva num salazarismo sem Salazar.

Na fase atual da nossa luta, é de presumir que uma plataforma para a II República contribui para a consciencialização da unidade de ação das forças de esquerda, perante todos os salazarismos, além de poder ajudar a criar uma aliança de homens e mulheres de esquerda sem compromissos partidários.

Esta aliança, aliás, é já hoje tão necessária quanto o será depois do derrubamento do salazarismo, pois que sem ela jamais haverá segurança para a democracia e o socialismo em Portugal.

(De um panfleto em distribuição)

Notas e comentários

A falsa pacificação

Os jornais anunciaram que o velho contra-almirante Tomaz, nomeado em 1958 presidente da República pelo ditador Salazar, visitará oficialmente Angola, em fins do próximo mês de outubro.

Essa visita se se realizar, será, segundo o plano engendrado pelo governo salazarista, o clou das exibições culturais (recente proibição do ensino universitário na colônia), militares e políticas destinadas a apregoar aos quatro ventos a pacificação de Angola.

Já aqui dissemos muitas vezes a última das quais no n.º anterior, que a pacificação real da colônia e, no entanto, impossível sob o governo de Salazar, pois só poderá ser obtida pelo livre exercício do incondicional direito de auto-determinação.

No estado a que o conflito chegou, não tem já sentido, sequer, discutir-se se Angola deve ser ou não deve ser independente, pois ninguém com um sentido mínimo da realidade histórica e política poderá admitir que a colônia deixe de ser independente dentro de um período mais ou menos longo.

Por que? Porque assim o querem (acertada ou erradamente, já não está em causa), a inteligência, a burguesia negra e mestiça (e parte da branca) e os trabalhadores esclarecidos de Angola.

E como o querer de um povo tem muito mais força do que o não querer de todos os governos despóticos do mundo, isto é suficiente para assegurar aos angolanos e aos portugueses realistas (sejam quais forem as suas convicções políticas) que Angola será independente.

Quando? O mais cedo, com certeza, que os angolanos puderem.

Como? Atualmente, pela única via deixada aberta pelo governo de Salazar: a da guerra. Com o derrubamento do salazarismo, pela abertura a que qualquer governo democrático procederá: a da negociação.

Acreditar, portanto na pacificação de Angola sob o status de colônia, e para mais colônia salazarista, só porque as operações militares iniciadas há ano e meio provisoriamente esmoreceram, seria o mesmo que ter acreditado no Brasil (ressalvadas as diferenças sociológicas) que se o grito de Ipiranga não houvesse quebrado naquela altura as cadeias do colonialismo e o rei João VI tivesse vindo a seguir ao Rio visitar alguns burocratas portugueses, o Brasil teria por muito mais tempo, quem sabe se ainda em 1962, permanecido como colônia de Portugal.

Pode o contra-almirante ir a Angola, visitar duas ou três repartições públicas cuja segurança tenha sido previamente detectada pela PIDE local. Podem as suas implores ao ditador (que jamais abandona São Bento, que é o subterrâneo-mor da opressão em Portugal), no sentido de que o deixe em completa segurança, em Belém ou Cascais, não ser atendidas. O contra-almirante, aliás, não fará mais com esta sortida amedrontada à terra pacificada de Angola,

do que pagar uma prestação ao preço porque o ditador lhe debitou a presidência da República.

Mas o que é certo é que não tardará muito que a mistificada pacificação da colônia demonstre ser, pelo recrudescimento da guerra colonial, um grosseiro embuste de Salazar.

Aos democratas portugueses esse embuste nada surpreende. Aqueles portugueses de boa-fé que, dentro ou fora de Portugal, estejam tentados a acreditar na pacificação salazarista, lembremos-lhes a Paz existente em Portugal: a das prisões e a da censura.

M S

Economia salazarista

Um dos mitos do salazarismo é o que se tentou construir em torno do pretensio talento de Salazar como economista e financista. O desequilíbrio da balança comercial portuguesa vem progredindo de ano para ano, num ritmo alarmante que demonstra à evidência a incapacidade dos governantes fascistas para resolverem pelos processos normais os problemas económicos do País. Proclama Salazar que não há deficit orçamentário, mas esse estafado argumento já não pode iludir ninguém. O equilíbrio do balanço de pagamentos, que lhe permite manter o escudo como moeda forte, é conseguido de maneira cada vez mais precária e, em grande parte, mediante o recurso a processos que ele próprio não ousa confessar. Essas somas invisíveis são ainda fornecidas pelo turismo e pelas remessas da emigração em percentagem apreciável. Mas, é cada vez mais o apelo ao capital estrangeiro, a toda uma série de "investimentos" ruinosos para o País, que permite ao ditador manter a fachada das "finanças sãs". A verdade é que Portugal está sendo vendido aos pedaços às grandes potências ocidentais e muito especialmente à República Federal Alemã e aos Estados Unidos. E não contente com isso, Salazar vende também Angola e as demais colônias aos grandes consórcios económicos europeus e norte-americanos. Esse o segredo do equilíbrio artificial do balanço de pagamentos, que torna possível esconder os efeitos do deficit da balança comercial, deficit que segundo as estatísticas oficiais atingiu em 61 nada menos de nove milhões quatrocentos e noventa e quatro mil contos (Importações Esc\$ 18.867.000.000; exportações Esc\$ 9.373.000.000) apesar do saldo favorável obtido no comércio com as colônias pelos processos que todos conhecem...

Aí está nos números o retrato do economista Salazar. Esse o seu talento. Um talento que até os seus banqueiros e amigos principiavam a negar publicamente, alarmados com o naufrágio que adivinham próximo. E, por exemplo, particularmente significativo que o Boletim de Informação Económica e Financeira do Banco Pinto de Magalhães (Março) afirma abertamente que o ano de 1961 não veio alterar "o estado de paralisia em que se encontra o setor agrícola desde 1947". Numa série de quadros estatísticos prova o referido boletim que os índices de produção e de produtividade dos cereais, base da alimentação nacional, regressaram (Trigo, de 7,48 sementes de rendimento médio para 6,05; centeio, de 5,62 para 4,49; aveia, de 6,25 para 3,23; cevada de 7,9 para 5,22; fava, de 5,37 para 3,11; batata, de 8,32 para 7,5) na maioria dos casos. "Não só não houve progresso — acentua aquela publicação — neste longo período de tempo que foi de espectacular expansão em toda a Europa, incluindo a própria Espanha, (...) como se acentua uma tendência depressiva, quer nas produções essenciais pela importância do seu volume na participação do total, quer, o que ainda é mais grave, uma evidente redução do rendimento por hectare".

Compreende-se, assim, sem dificuldade o desespero de Salazar nas suas negociações para arrancar o maior preço possível pela renovação do acordo sobre as bases nos Açores. É de fóra, do Tesouro nor-

te-americano, do Exibank, dos grandes bancos alemães, dos grandes monopólios americanos e europeus que lhe vem o dinheiro de que precisa para tapar os buracos que se abrem por todo o lado à sua volta.

A. S.

Salazaristas contra Salazar

Chegou-nos a notícia de que a PIDE apreenderá no 1.º de Agosto um livro de um jovem membro da Assembléa Nacional, Homem de Melo, prefaciado pelo marechal Craveiro Lopes.

Ambos — autor e prefaciador — pretendem, pelo que os jornais nos dizem, que "a opinião pública seja melhor informada sobre os problemas portugueses da atualidade e que seja possível uma discussão entre todas as correntes de opinião".

Claro que a existência da censura prévia a toda a imprensa, a proibição de partidos e de reuniões políticas e a ação paternalista da PIDE são a negação bem preempatória daquele desejo. Não é, por isso, segredo para ninguém, desde há vários anos, a incompatibilidade de génius entre Salazar e alguns dos seus ex-jerarcas, como o antigo presidente da República, o general Botelho Moniz (antigo ministro em dois gabinetes), Marcelo Caetano (antigo ministro da Presidência e ex-reitor da Universidade de Lisboa) e mais uns quantos.

Aquilo em que importa, no entanto, atentar é o caráter positivo e negativo de que, ao mesmo tempo, este fato se reveste.

Na verdade, estas desavenças consanguíneas têm o valor positivo de demonstrarem, antes de mais, a mentira da pseudo-representatividade nacional de Salazar, pois que nem ao seu próprio clã ele representa já por inteiro. E, tal como as divisões entre os democratas fortalecem o salazarismo, a divisão das forças deste aumenta, em princípio, o poder de fogo dos democratas.

Mas esta vantagem será completamente aniquilada se as forças anti-salazaristas menos decididas e comprometidas na luta se deixarem entorpecer pela miragem imobilizante de uma guerra fratricida entre os generais (civis e militares) do regime que pudesse levar à destruição dele próprio.

E que, por um lado, a única coisa que os vencedores deste hipotético conflito poderiam sinceramente dizer, seria: morreu Salazar, viva o salazarismo! Por outro lado, bem vistas as coisas, a única hipótese de uma intervenção decisiva dos salazaristas contra Salazar seria a dela funcionar como meio de evitar soluções efetivas para o problema português e exigiria, assim, que essas soluções aparecessem aos olhos daqueles como indubitavelmente iminentes, o que jamais sucederá a não ser precisamente no caso de se não esperar por essa mais do que problemática intervenção.

Não devem os democratas, realitisticamente, hostilizar quem hostilize Salazar. Mas não nos convençamos — com grave prejuizo para a ação e a organização insurrecional do povo — de que serão os outros a tirar do lume as castanhas que a História nos reserva... se formos nós próprios a tirá-las.

M. S.

Festival

Integrado nas comemorações da data heróica de "5 de Outubro", o CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS promoveu para o dia 20 do próximo mês, às 20,00 horas, um Grandioso Festival no Ginásio do Pacaembu.

Do seu variado e atraente programa destacamos a apresentação dos ranchos folclóricos, Pauliteiros de Vila Maria e Luziadas de Santos. No final terá lugar um grandioso baile, abrilhantado pela conhecida orquestra Elcio Alvares. Convites, no Centro e Redação deste jornal.

Que descaramento!



Na sua tentativa de chantagem para forçar o governo norte-americano a pagar um preço mais alto pelas bases dos Açores, preço que inclui também uma "maior dose de compensação pela política africana de Portugal", o governo fascista de Lisboa chegou ao ponto de organizar recentemente manifestações anti-norte-americanas nas principais cidades. Publicamos a foto de uma dessas manifestações promovidas pela União Nacional com a colaboração da PIDE que fornecia os jovens que empunhavam cartazes no género do que se vê no cliché. O "solgan" é válido. O descaramento é de fato inaudito. Mas o de Salazar ao preparar o terreno para extorquir mais dinheiro a Washington a troco da presença de bases militares estrangeiras em território português. Esse descaramento não lho perdoo o povo português!

Us \$ 55 milhões para Salazar

LISBOA (Do correspondente) — O Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos acaba de conceder ao governo fascista de Salazar um empréstimo de 55 milhões de dólares destinados à compra de material norte-americano a ser utilizado na construção da ponte pensil sobre o Tejo. Os termos do acordo são bastante elásticos, não havendo a menor dúvida de que Salazar utilizará parte do crédito para a compra de materiais destinados a emprego bem diferente...

A conclusão principal que o homem da rua tira de empréstimos como este, obtidos nos Estados Unidos, é a de que o presidente Kennedy, exatamente como os seus predecessores, está disposto a ajudar Salazar a manter-se no poder. Desta vez, nem pode haver a desculpa de que se trata de uma iniciativa de capital privado norte-americano, pois o EXIMBANK é praticamente um órgão da administração federal.

NOTICIAS DE ANGOLA

HOTEL DE LUXO...

LUANDA (Do correspondente) — Prosseguindo na sua política de atrair a todo o custo capitais estrangeiros a Angola, no intuito de conseguir o financiamento indireto da guerra colonial pelas grandes potências imperialistas, o governo fascista de Lisboa vai autorizar um grupo de capitalistas norte-americanos a construir um hotel de luxo nesta capital. O novo estabelecimento, que seria administrado por uma cadeia hoteleira internacional, custaria aproximadamente dois milhões de dólares.

NOVA DIREÇÃO NA LG.T.A.

A Liga Geral dos Trabalhadores de Angola, em assembleia geral extraordinária realizada recentemente em Leopoldville, elegeu o seu novo "bureau" executivo cuja constituição é a seguinte: André Kassinda, secretário geral; José Kassoukua, secretário da Organização; Antonio Cardoso, secretário das Finanças; S. Cirilo, secretário da Cultura; R. Pacheco, secretário da Propaganda; Malhães Saldanha, secretário das Relações Públicas; Gerardo Pemble, secretário dos Assuntos Internacionais. Em comunicado emitido na oportunidade, a LGTA repudia o tribalismo e o racismo afirmando não os admitir nas suas fileiras abertas a todos os angolanos que pretendam dar a sua contribuição eficaz à luta da classe ope-

rária de Angola. A sede provisória da LGTA está instalada na Confederação dos Sindicatos Livres do Congo na av. Baron Wahis, 17.

VISITA AO CVAAR

LEOPOLDVILLE (Do Correspondente) — No passado dia 9 de agosto, o Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR) recebeu no seu Dispensário Central desta Capital a visita da esposa do Presidente da República de Israel que se fazia acompanhar do embaixador daquele país, de numerosos jornalistas e membros da comitiva. A visitante mostrou-se emocionada com a obra de assistência às vítimas da guerra de Angola aqui refugiadas, enaltecendo o trabalho do CVAAR.

MEDICAMENTOS PARA O CVAAR

Brevemente seguirá para um porto africano a primeira remessa de medicamentos oferecida pelo povo brasileiro ao Corpo Voluntário Angolano de Auxílio aos Refugiados, organismo com sede em Leopoldville e que vem desenvolvendo uma admirável ação humanitária. A maior parte dos medicamentos em referência foram recolhidos e oferecidos ao CVAAR pela esposa do prefeito de São Paulo, sra. d. Maria Prestes Maia, cuja simpatia pela causa da autodeterminação do povo angolano se tem afirmado em numerosos encontros.

"Medidas de segurança"

No dia 28 de setembro, pelas 18 horas, o nosso companheiro Dr. Manuel Sertório fará uma palestra, no auditório da Ordem dos Advogados (sito na Praça da Sé, 358-1.º) e sob o patrocínio da Associação dos Advogados de São Paulo, subordinada ao tema: "As medidas de segurança na legislação penal portuguesa".

Dada a proximidade da Conferência da Europa Ocidental Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, que se realizará em Paris em 3 e 4 de Novembro, o ato que anunciamos reveste-se de uma indiscutível oportunidade.

Em Leopoldville

E' o governo português que nos obriga a fazer a guerra

Declara Agostinho Neto

A fuga de Portugal do dr. Agostinho Neto, presidente de honra do Movimento Popular de Libertação de Angola, teve, como era de prever, grande repercussão internacional. Recebido triunfalmente em Leopoldville pelos refugiados angolanos, o conhecido líder revolucionário que, já havia feito importantes declarações ao semanário "Observer", concedeu no dia 10 de Agosto uma conferencia de imprensa aos representantes da imprensa internacional. As primeiras notícias que nos chegam da Capital congolense esclarecem que o entusiasmo suscitado pela sua presença e pelas suas afirmações constitui um acontecimento vivificador no seio das forças que lutam pela unidade do povo angolano.

ESTUDANTE EM PORTUGAL...

Principiou o dr. Agostinho Neto por esclarecer que o seu encontro com a imprensa tinha por fim expor à opinião pública internacional o verdadeiro sentido da sua evasão de Portugal.

Fez, a seguir, as declarações que, pela sua importância, publicamos abaixo, na íntegra:

"Permito-me, em primeiro lugar, dar-vos um esboço do quadro das atividades às quais me dediquei no meu País e em Portugal.

Em 1947, quando me matriculei, pela primeira vez, na Faculdade de Medicina de Coimbra, a aspiração do povo angolano à independência surgiu para mim como uma necessidade que exigia a ação prática. Comecei por dar a minha adesão às associações de estudantes e às reuniões político-literárias que então trabalhavam no sentido de procurar e de esclarecer as bases da cultura angolana e de analisar a nossa condição de colonizados.

Depois disto, tomei parte nas atividades das organizações portuguesas de juventude, com o fim de denunciar as verdadeiras condições de vida do povo de Angola. Em 1952 em Lisboa, fui preso pela primeira vez, com dois colegas, durante uma manifestação contra a política fascista do governo. A minha prisão durou 90 dias.

Após a minha libertação, aderi ao Movimento de Unidade Democrática Juvenil (M.U.D.-Juvenil), o qual, em Portugal, dirigia a luta para melhorar as condições de vida da juventude e contra o fascismo. Em 1955, depois de ter sido eleito membro da Comissão Central do M.U.D.-Juvenil na qualidade de representante dos jovens das colónias, fui preso pela segunda vez juntamente com cerca de uma centena de jovens portugueses (estudantes e trabalhadores) dos quais 52 foram levados a Tribunal. Quando em Junho de 1957, fui posto em liberdade, depois de um julgamento que se arrastou durante 6 meses, tinha então cumprido 28 meses de prisão. Entretanto, o Tribunal Plenário da cidade do Porto, que nos julgara da maneira mais parcial, só me condenara a 18 meses de prisão correcional e isto graças à intervenção de personalidades literárias e políticas de vários países e mercê também da brilhante defesa feita pelo meu advogado, o ardente democrata, do Porto, dr. Antonio Macedo. Dos 52 acusados, seis, membros da Comissão Central do M.U.D.-Juvenil continuaram encarcerados devido às "medidas de segurança" as quais, como se sabe, consistem em manter preso o acusado por períodos de 6 meses a 3 anos, prorrogáveis indefinidamente. O último destes companheiros só saiu da cadeia em Junho de 1962.

A PIDE SURGE EM ANGOLA

Em fins de 1958, formei-me em Medicina, quando o nacionalismo angolano tomava já um aspecto organizado, o que constituia um verdadeiro êxito, devido às duras condições de clandestinidade em que atuava. O Governo Português organizou então a PIDE em Angola (a tão conhecida Gestapo de Salazar) e, algum tempo depois, vá-

rias dezenas de nacionalistas foram presos, entre os quais o líder Ilídio Machado, preso atualmente com seus companheiros no campo de concentração de CHÃO BOM na ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde. Organizamos, separado das organizações portuguesas, o Movimento Anticolonialista (MAC) que refletia principalmente em Portugal as organizações políticas angolanas. Alguns meses mais tarde o MAC tomou características angolanas mais marcadas. Depois de 1950 aproximadamente, Mário de Andrade, Lucio Lara e Amílcar Cabral tornaram-se os pilares da luta anticolonialista no Exterior.

Depois da minha especialização em Medicina Tropical, voltei ao meu país e exerci clínica particular em Luanda. Da prisão pelas autoridades portuguesas de um mensageiro enviado por nós ao Exterior, e após um tratamento cruel que ele não pôde suportar, resultou a minha prisão e a de várias dezenas de nacionalistas.

A ação do povo contra esta política arbitrária provocou uma nova vaga de prisões e uma repressão ainda mais violenta, como a do massacre de nacionalistas de Icolo e Bengo, minha aldeia natal, que se manifestavam reclamando a minha libertação e a de meus companheiros.

O Padre Joaquim Pinto de Andrade, chanceler do Arcebispado de Luanda e grande patriota angolano, foi então metido na cadeia e transferido mais tarde para um mosteiro do norte de Portugal onde a PIDE lhe fixou residência. Segundo notícias que nos chegaram de Portugal, foi de novo encarcerado.

DEPORTADO PARA CABO VERDE

A PIDE enviou-me sob prisão para Lisboa, e mais tarde deportou-me para a ilha de Santo Antão, no Arquipélago de Cabo Verde. Nesta altura, apesar da votação pela Assembleia Geral da ONU da declaração sobre a Outorga da independência aos povos colonizados, o governo português pretendia esconder a gravidade da questão angolana e a situação nas suas próprias colónias, e queria servir-se do meu nome na sua propaganda. Sem que eu o pedisse, fui nomeado Delegado de Saúde na ilha de Santo Antão, ao mesmo tempo que as autoridades portuguesas me pressionavam para que eu tomasse posição contra o justo combate do povo angolano. Num momento de irritação e depois de ter constatado que aquela nomeação não me convertera, o governador de Cabo Verde revelou-me insolentemente que o emprego que eu tinha sido atribuído com o fim de fazer nascer em mim um sentimento de gratidão e de me tornar leal à política de pirataria do governo colonial-fascista. Como represália, a PIDE decidiu transferir-me para uma ilha quase deserta, onde não cheguei a estar, pois fui de novo preso na cidade da Praia, (ilha de Santiago), pela quarta vez, sob o mais fútil dos pretextos: o de possuir uma fotografia reveladora das atrocidades cometidas pelos colonos portugueses em Angola. As humilhações a

que fui submetido só foram reduzidas pela presença da minha mulher que, permitam-me que o diga, sempre me acompanhou com a maior coragem e espírito de luta.

Devo dizer que durante e após esta última prisão, recebemos, a minha família e eu próprio o apoio moral e material dos anticolonialistas de vários países. Esta prova de solidariedade foi reforçada por uma ação vigorosa desencadeada no mundo inteiro a fim de obrigar o governo português a libertar-me.

FUGA DE PORTUGAL

O Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.) que organizou a minha evasão de Portugal com a ajuda dos anticolonialistas portugueses e de outros países europeus, alcançou uma grande vitória sobre o governo colonial-fascista português, devido à grande precisão do aparelho montado.

"Pensamos" em termos de interdependência de todos os Estados africanos, em completa independência de Portugal. Isto não exclui boas relações com Portugal, e mesmo alguma colaboração com ele, uma vez que não temos nenhum conflito com o povo português."

(De uma entrevista de AGOSTINHO NETO a "The Observer", de 5-8-62)

Aproveitei esta ocasião para exprimir a minha gratidão a todos aqueles que colocando em perigo a sua liberdade e mesmo a sua vida, fizeram grandes esforços para me libertar das mãos da abominável PIDE. Aos países que me acolheram, em especial aos países africanos e particularmente à República do Congo, exprimo e permitam-me que o faça por vosso intermédio, a minha alegria pela sua prova de solidariedade e de compreensão.

Partilho agora a sorte de cerca de 200.000 refugiados angolanos nesta República do Congo, expulsos pelo ódio selvagem dos colonialistas portugueses. Além desta população exilada, milhares de angolanos se refugiaram no coração da selva em Angola, onde são obrigados a levar uma existência demasiado precária. A fome, a doença e a inquietação arruinaram física e moralmente, velhos, mulheres e crianças, enquadrados por alguns adultos válidos.

UMA POLITICA DE GENOCIDIO

No centro e no sul do país, nas aldeias e nas cidades onde o combate armado não é ainda um problema do dia a dia, as populações vivem sob o terror policial e militar que prende, tortura e assassina, com o fim louco de exterminar o povo e sufocar a sua legítima aspiração a uma vida livre e independente. Os campos de concentração e os cárceres estão cheios de nacionalistas que sendo fechados atrás deles pesadas portas de ferro, vêem também desaparecer o seu futuro. Com efeito, os nacionalistas angolanos que caem nas mãos da PIDE e dos ultras nunca sabem o tempo que estarão encarcerados, pois em Angola nem existem leis nem prazos. Lá a tor-

tura é a lei. O assassinato ali valece.

Entretanto, nesta atmosfera onde reinam o ferro e o fogo, nesta situação onde chegou a imoralidade do sistema colonial português, a população angolana, com firmeza e uma decisão crescente, está resolvida a vencer o opressor.

O Movimento Popular de Libertação de Angola que, na minha opinião, soube melhor interpretar o sentido da corrente nacionalista angolana lutando pela realização da unidade nacional e contra toda a espécie de discriminação de ordem racial, regional, ideológica, etc., e traduzindo a firme vontade popular de prosseguir a luta até à vitória final — o M.P.L.A. está em pleno desenvolvimento.

A luta exige um esforço maior. Os refugiados necessitam de uma maior assistência. Os nacionalistas sentindo a necessidade de agir aderem ao M.P.L.A. e exigem meios para combater. Por tudo isto o M.P.L.A. faz grandes esforços para aumentar o número dos seus quadros qualificados, para se adaptar à nova situação militar e política, para mobilizar entre a população quadros para o trabalho político e administrativo, para a assistência medico-social, para a instrução da juventude, para edificar um sistema de cooperativas destinadas a atender às necessidades de produção e de consumo dos refugiados.

A UNIDADE DAS FORÇAS NACIONALISTAS ANGOLANAS

A luta armada deverá ser objeto de uma atenção especial.

Abordarei agora o assunto principal da minha exposição:

A unificação das forças nacionalistas numa Frente Comum.

Esta unificação é um desejo de todo o povo angolano. Ela é exigida há muito tempo pelos militantes de todos os partidos; pelos nacionalistas de todas as camadas sociais. Os dirigentes, as personalidades eminentes, os estudantes, as mulheres e os jovens compreendem que esta unificação é a condição indispensável para a vitória do nacionalismo angolano.

Interpretando o desejo profundo do povo e fiel à sua política prouidada seguida desde a sua fundação, o M.P.L.A. realizou inúmeros esforços no sentido da unificação das forças nacionalistas angolanas.

A convite do M.P.L.A., duas delegações, da F.N.L.A. e do M.P.L.A., reuniram-se a 5 de Agosto de 1962 com o fim de encontrar uma base de colaboração. O comunicado desta reunião foi distribuído à imprensa.

O Movimento Popular de Libertação de Angola fez à F.N.L.A. as três propostas seguintes:

- 1 — A fusão dos nossos Movimentos para formar um único Movimento. Esta fusão far-se-ia rapidamente, mas passando pelas fases necessárias;
 - 2 — Uma colaboração estreita dos nossos Movimentos na sua ação político-militar, pela criação de um organismo comum; e
 - 3 — De acordo com o conselho de sua Excelência Osagiefo K. Nkrumah, a direção das forças armadas dos nossos Movimentos caberia a um Comando Unico, supervisionado por um Conselho Nacional.
- O Movimento Popular de Libertação de Angola preconiza especialmente a fusão completa e urgente dos nossos Movimentos, pois esta fusão é pedida pelo povo e

responderia melhor às exigências da situação atual da nossa luta comum. O M.P.L.A. considera que a fusão dos Movimentos é também a condição necessária para um exame imparcial dos fatos e das pequenas questões que impediram a nossa colaboração até agora.

Eperamos com ansiedade que a nossa proposta, que foi feita com o mais alto espírito nacionalista e com a maior franqueza, seja aceite pela F.N.L.A. para que possamos fortes e unidos fraternalmente, combater o nosso único inimigo comum — o colonialismo português.

Tal é a exigência, do nosso interesse imediato, dos presos políticos, dos refugiados, dos guerrilheiros, dos militantes de todos os movimentos nacionalistas, em suma do povo angolano.

"PARTICIPAMOS DE UMA GUERRA JUSTA"

Notícias chegadas do interior do meu país anunciam que os ultras preparam um golpe que lhes permita exterminar a sangue frio a maioria da população salva dos massacres que eles já cometeram.

Este fato, reforça tudo o que já foi dito a propósito da necessidade urgente da nossa união. Nós temos que nos adiantar na luta contra homens que perderam toda a humanidade, que se tornaram feras apesar de esconderem atrás da sua ferocidade, a franqueza e a covardia. É o medo de prestarem contas pelos seus crimes e também o seu egoísmo e o seu complexo de superioridade que os torna ferozes e incapazes de nos encarar numa mesa de negociações.

Nós participamos de uma guerra justa para conquistar a nossa liberdade. Fazemos a guerra porque a isso somos obrigados pela intransigência do governo português e não pouparemos os que defendem a opressão e a exploração coloniais. Não deixaremos de combater de armas na mão enquanto não for quebrada a intransigência do governo português. Contudo, como o afirmamos já por diversas vezes, não combatemos o Povo Português. Entre o Povo Angolano e o Povo Português não existem diferendos impossíveis de resolver.

Repetimos: Detendo em Angola todo o poder, não depende senão de Portugal comprometer-se por atos na busca de uma solução pacífica do problema angolano. O nosso fim é a independência nacional e não a guerra pela guerra. É por isso que estamos também prontos a aceitar, em qualquer momento, a possibilidade de uma solução pacífica para o problema de Angola na base do reconhecimento do direito do povo angolano à autodeterminação e à independência.

Aos países que continuam a fornecer ajuda financeira, material, diplomática e política à máquina de guerra de Portugal, dirijo um apelo para que não prolonguem o martírio do povo angolano.

Perguntamo-nos seriamente qual é a significação dos votos dos países que na ONU são pela causa do nosso povo, mas que na prática não modificaram em nada a sua política tradicional em relação a Portugal.

O povo angolano está firmemente decidido a conquistar a sua independência e a vitória não lhe escapará."

Os estudantes brasileiros apoiam a Conferencia

De 15 a 22 de Julho, realizou-se em Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro, o XXV Congresso Nacional de Estudantes do Brasil, que reuniu os delegados de todos os organismos estudantis do Brasil. Nele, participou o estudante português, João Manuel Tito de Moraes, na qualidade de delegado internacional e em nome dos estudantes portugueses.

A Bancada da Guanabara, representando a União Metropolitana dos Estudantes (da Guanabara), apresentou a MOÇÃO a seguir transcrita, secundada pelas Bancadas de Sta. Catarina, Goiás e São Paulo, que foi APROVADA POR UNANIMIDADE:

"O XXV Congresso Nacional dos Estudantes do Brasil, conhecedor da situação alitiva que atualmente pesa sobre os jovens estudantes presos e perseguidos politicos portugueses;

sabendo da realização em Paris a 3 e 4 de Novembro da Conferencia da Europa Ocidental Pro-Anistia em Portual;

considerando que a Anistia propugnada pela Conferencia tem um alto significado humanitário, de redenção e concórdia;

resolva expressar todo o seu apoio à realização dessa Conferencia, certo de que ela poderá representar uma ajuda poderosa para a justa causa da Anistia para os presos e exilados politicos portugueses."

Aprovou ainda o Congresso, a Declaração de apoio à realização da Conferencia de Paris, que foi subscrita pelas seguintes entidades estudantis brasileiras e estrangeiras:

União Metropolitana dos Estudantes: Presidente — União Paranaense dos Estudantes: Presidente — União Estadual dos Estudantes de Goiás: Líder da Bancada — União dos Estudantes do Amazonas; Líder da Bancada — União dos Estudantes de Pernambuco; Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Norte: Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes do Ceará: Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul: Líder da Bancada — União dos Estudantes da Bahia: Vice-Líder da Bancada — União Catarinense dos Estudantes: Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes de Alagoas: Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais: Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes do Piauí: Presidente — Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes de Sergipe: Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes de São Paulo: Presidente e Líder da Bancada — União Fluminense dos Estudantes: Presidente e Líder

da Bancada — União Maranhense dos Estudantes: Vice-Líder da Bancada — Centro Académico "Oito de Abril" de Mato Grosso: Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo: Vice-Líder da Bancada — União Estadual dos Estudantes da Paraíba: Líder da Bancada.

E, ainda: União Nacional dos Estudantes do Brasil: Presidente — Federación Universitaria Argentina — Consejo Estudiantil de la URSS — Accion Juvenil Civico Revolucionaria de Republica Dominicana.

Na sessão solene de encerramento, o delegado português, usando da palavra, saudou vibrantemente o movimento estudantil brasileiro, que considerou profundamente identificado com os sentimentos e as necessidades do povo brasileiro e como vanguarda dos movimentos de libertação e emancipação nacional. Agradecendo a possibilidade de ter podido participar neste congresso e as manifestações de solidariedade e ajuda que os estudantes portugueses têm recebido dos brasileiros, terminou, denunciando o fascismo e os fascistas que ora dominam Portugal e referindo-se ao movimento libertador português também liderado pelos estudantes e trabalhadores.

Presos angolanos

Entre os numerosos patriotas angolanos encarcerados em Luanda contam-se os seguintes: Luandino Vieira, Antonio Jacinto, Antonio Cardoso, Tomaz Jorge, Mario Lopes Guerra e Helder Neto. Pouco ou nada se sabe acerca das condições em que permanecem detidos desde o dia 15 de novembro, data da sua arbitrária prisão.

Em Lisboa, por outro lado, continuam presos dois portugueses que residem em Angola e apoiavam a luta pela autodeterminação da grande colonia. São eles o poeta e medico Cochaç Osório e Henrique Abranches.

"Unidos do Bom Sucesso"

Desta agremiação, com sede no Rio de Janeiro, recebemos para a realização da Conferencia dos Países da Europa Ocidental para a Anistia dos Presos e Exilados Politicos Portugueses a quantia de Cr\$ 5.200.00. Os nossos agradecimentos.

Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal

3 e 4 de NOVEMBRO de 1962



Cartaz de Clovis Graciano para a Conferencia da Anistia.

BOLETIM N. 14 — SETEMBRO DE 1962

CORTE E SOBREPONHA

Liberdade sob Salazar

Quando uma pessoa, mal informada ou demasiado comprometida com o salazarismo, pretender justificar ou até louvar o actual regime português, arranjará sempre forma, sem dúvida, de sustentar uma conversa mais ou menos infeliz com quem deseja convencê-lo do seu erro.

Mas há um campo em que a discussão se torna impossível, é o da perseguição dos adversarios do regime pela PIDE e pelos tribunais de excepção.

Porque, perante milhares de presos politicos de todos os cantos do país, de todas as idades e classes sociais, das mais diversas profissões e ideologias politicas, ou o salazarista confessa, para ser coerente, que apoia e aplaude toda essa perseguição, e apenas há, nesse caso, que lhe pedir para o repetir bem alto, a fim de todos seus efeitos o ficarem conhecendo, ou o salazarista declara que, de facto, não aprova a feroz perseguição policial desencadeada pelo salazarismo e então, para, não obstante, continuar a afirmar-se adepto desse regime, terá de declarar quais os aspectos da vida nacional que reputa mais importantes ou valiosos do que a liberdade de cada cidadão, a segurança das famílias e a paz nacional, que desde há muito se tornou incompatível com o clima de ódios existentes em Portugal.

No campo da repressão policial nem sequer há lugar para interperações diversas dos mesmos factos, para boatos, para falsas ou duvidosas noticias.

Na sua cruzada, as prisões, os "julgamentos" e as penas decretadas são anunciadas pela imprensa oficial, com o despudor cada vez maior que caracteriza o salazarismo.

Segundo os recortes que ultimamente nos chegaram, só de 22 de Junho a 7 de Julho e apenas como resultado do TRABALHO do "plenário" de Lisboa, foram julgados 17 patriotas de Aviz, Torres Novas, Covilhã e Alpiarça.

Serralheiros, torneiros, tecelões, comerciantes, honestos cidadãos que jamais haviam passado por qualquer tribunal comum, foram lançados novamente para os cárceres politicos em que jaziam já, enquanto aguardavam o "julgamento".

Destes 17 individuos, todos eles com 8 a 18 meses de prisão preventiva, 8 foram condenados a prisão correccional entre 14 e 18 meses: António Marcelino da Cruz, de 55 anos, tecelão, da Covilhã; Romeu Marcelino Borralheiro, também tecelão e do mesmo concelho; Joaquim Nunes Pereira, de Aviz; José Cavino Isidoro; António Cavaca Balacarrão; Gabriel Feijão Coelho; Joaquim Agostinho Marujo; e Abel Tavares Paúl, todos de Alpiarça.

Os 9 restantes foram condenados a prisão maior celular entre 2 anos e 1 mês e 5 anos e 1 mês, com medidas de segurança por períodos de 3 anos sucessivamente prorrogáveis: Manuel Gomes Boniné, de 48 anos, serralheiro, de Torres Novas; António Martins Maia, de 38 anos, operário; António Rodrigues Canelas, de 31 anos,

torneiro mecânico, ambos do mesmo concelho; Henrique Rodrigues Feio; Caetano Manuel Velez; João António Leão de Carucubo; e José Raimundo Cruzeiro, todos estes de Aviz; e ainda António Barata Maito e Leopoldo Teodoro do Vale, ambos de Alpiarça.

Como as medidas de segurança, instituidas em 1956, são prorrogáveis indefinidamente por simples proposta da PIDE (existindo muitos casos de presos que estão neste momento cumprindo já a terceira prorrogação) e são cumpridas sob o mesmo regime e nos mesmos estabelecimentos prisionais usados para o cumprimento das penas propriamente ditas, é fácil concluir-se que 9 dos patriotas julgados foram, praticamente, condenados a prisão perpétua!

Mesmo considerando apenas o primeiro período de 3 anos das medidas de segurança applicadas, verifica-se que, só em Lisboa e no curto período de 16 dias, foram julgados por "delitos" politicos 17 portugueses, a que se applicaram penas, fora a prisão preventiva já sofrida, totalizando 60 anos e 7 meses de prisão!

Um português por dia arrancado a sua família e lançado na cadeia: é esta a liberdade sob Salazar.

Que todos os portugueses de boa-fé meditem nela, especialmente aqueles que, da longa da emigração, se encontram ainda mal informados.

EM CURITIBA:

Ato publico de apoio à Conferencia

Como noticiamos no último número, está sendo organizado em Curitiba um grande ato publico de apoio à Conferencia de Paris.

A sessão, que é patrocinada pela União Paranaense de Estudantes, terá lugar em 13 de Outubro próximo, pelas 20 horas, no Auditório da Reitoria da Universidade do Paraná.

Presidirá ao ato o ilustre Prof. David Carneiro, de Faculdade de Filosofia e usará da palavra, entre outros, o estudante Julio César Jovanet, presidente da UPE e o exilado politico português Dr. Manuel Sertório.

A simpatia e entusiástico apoio dos estudantes e intelectuais paranaenses pela anistia aos presos e exilados politicos portugueses, é motivo de grande satisfação para os portugueses anti-salazaristas, especialmente para os residentes em Curitiba.

Defendendo os direitos humanos e identificando-se com os nobres objectivos da Conferencia de Paris, os estudantes, trabalhadores e intelectuais do Paraná realizarão, sem dúvida, mais uma grande e bela jornada de solidariedade ao povo de Portugal.

O terror policial

LISBOA (Do correspondente) — A medida que a situação do regime se torna cada vez pior no plano interno e no plano internacional, o aparelho repressivo, dando mostras do desespero que invade os seus membros, intensifica a onda de terror iniciada em Maio. Os ultras têm a palavra e diariamente incentivam a Policia nas colunas das publicações fascistas a cometer toda a espécie de violências. Desejam um banho de sangue, a liquidação sumária de todos os que lutam contra o fascismo. O que é, evidentemente impossível, qualquer que seja a "boa vontade" da PIDE, pois é o povo inteiro que condena o regime.

Em Lisboa e no Porto, a PIDE voltou a usar da tortura como moeda corrente. De três democratas presos no Porto e espancados com cavalo-marinho, um deles Jorge Araujo manteve-se doze dias de pé, sem que o deixassem dormir. Mas nem assim conseguiram obrigá-lo a "confessar" crimes inexistentes. Entre as últimas prisões conta-se a do dr. José Gaspar Teixeira, realizada no passado dia 2 de Agosto. O fato de se tratar de um matemático com importantes serviços prestados ao progresso da ciência nuclear em Portugal não impediu os esbirros da PIDE de se comportarem como habitualmente. A família vem sendo impedida de visitá-lo. O dr. Gaspar Teixeira continua incomunicável e tiraram-lhe os óculos o que, dada a sua miopia, o impede de andar, causando-lhe ainda grande sofrimento. Esse illustre democrata, que trabalhava na Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares, em Lisboa, encontra-se presente em Aljube.

Democratas ameaçados de medidas de segurança

A vaga de terror policial contra a democracia intensificou-se nas últimas semanas em Portugal. Sobre um grupo de democratas cuja prisão no Norte do país havíamos noticiado oportunamente, im-

pende agora a ameaça das "medidas de segurança" que equivalem a PRISÃO PERPETUA. Referimo-nos à engenheira Virginia Moura e a seu marido, o arquitecto Lobão Vital e aos drs. Guedes Pinheiro, Vítor Sá, Fernando da Costa e João Xavier. Os processos foram já encaminhados ao Tribunal Plenário, estando o julgamento marcado para Outubro. A nenhum desses democratas foi admitida fiança o que reforça o receio das "medidas de segurança". Pedimos por isso a todos os que nos têm que ajudam essas vítimas do fascismo enviando cartas e telegramas de protesto contra a farsa de julgamento em preparação. Essas mensagens devem ser endereçadas ao sr. Americo de Deus Tomaz, que é, oficialmente, o "presidente da República Portuguesa".

'As presas politicas

Pela ocasião do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, as presas gregas detidas na prisão de Averof, enviaram as presas portuguesas, uma carta na qual exprimem a sua solidariedade com as brancas que vêm travando contra o governo fascista do Salazar.

Nós tivemos conhecimento pelos jornais — dizem elas na sua carta — das torturas ferozes às quais vós estais submetidas, e que só a imaginação criminal dos fascistas pode inventar.

No nosso País, que foi o berço da Democracia, o governo ao serviço dos Americanos, mantém na prisão 2 000 detidos politicos, entre eles nos 16 mulheres da prisão de Averof.

Encontra-mse entre nós, mulheres que entram na prisão com a idade de 17 e 18 anos, e que passam já o seu 14.º aniversário de reclusão... Elas entram jovens, frescas, e hoje estão brancas prematuramente, com a saúde irremediavelmente abalada.

"O vosso crime", como o nosso, é o de ter muito amado a nossa Pátria e o nosso povo e por estarmos resolvidas a prosseguir o nosso caminho difícil, afim de fazermos triunfar a Democracia nos nossos países.

Nós estamos seguros que numa época onde os homens conseguiram chegar ao espaço cósmico e onde a humanidade nos assiste, a nossa liberdade não vem longe. Brevemente, o sol da Democracia se elevará também sobre os nossos países.

Nós, cerramos-nos as mãos com afeição, nossas irmãs longinquoas!

As 16 detidas politicas da Prisão de Averof.

Campanha pela anistia congrega todos democratas portugueses

A luta contra a repressão e pela anistia ataca o fascismo na sua única base de sustentação — a repressão policial — e mobiliza o povo português na sua totalidade, para as grandes manifestações de rua. Assim ficou demonstrado nos movimentos populares de Maio, quando a palavra "ANISTIA" ressoou como uma só voz, clamada por grandes massas populares.

Para todos os democratas radicados no Exterior, o Movimento de Anistia, pela receptividade que encontra na opinião pública mundial, oferece não só a possibilidade de participação ativa na luta anti-salazarista desmascarando o regime, como reúne à sua volta todos os antisalazaristas, sem distinção de credos políticos.

A carta que transcrevemos enviada pelos nossos companheiros da Agrupação de Portugueses Democratas do Uruguai, é a prova evidente do magnífico espírito de unidade que anima todas as campanhas de Anistia.

Montevideo, 31 de Agosto de 1962

Estimados compatriotas:

Acaba de constituir-se em Montevideo uma Comissão Pró Anistia de Apoio à Conferência de Paris, composta por integrantes de todos os organismos anti-salazaristas existentes no Uruguai: — Agrupação de Portugueses Democratas, Portugal Livre, União de Mulheres Portuguesas e Comitê de Portugueses Antifascistas. Para além do simples facto cabe assinalar sobretudo a simbiose unitária, primeiro passo para a futura criação dum único organismo anti-salazarista no Uruguai.

A Comissão ficou assim constituída: Presidente, Maria Luíza Silva Neves; Tesoureiro, Luís Panasco; Secretário, Auré-

PAGINA 2

lio Martins; Secretário de Relações, Joaquim Lopes Mendes; Secretário de Atas, Viriato Panasco.

Iniciou-se já, com grande entusiasmo, a Campanha Financeira, que consta de várias etapas.

— Rifa de um quadro oferecido pelo pintor brasileiro A. da Cruz, que se encontra em circulação;

— Coleta individual a iniciar nos primeiros dias de Setembro;

— Exposição-venda de quadros do pintor A. da Cruz a benefício da Conferência de Paris. Quermesse e lunch em 22 de Setembro;

— Outra exposição de quadros e venda domiciliar;

— Jantar de Confraternização Democrática no salão de atos da Bolsa do Comércio. Remate americano — em 5 de Outubro;

— Função artística num teatro independente também a inteiro benefício da Conferência de Paris. Com este ato daremos por terminada a Campanha Financeira.

Paralelamente será confeccionado um "memorandum" de apoio à Conferência de Paris assinado pelo corpo legislativo da Câmara de Representantes do Uruguai; e, do mesmo modo, adesões individuais de 30 entidades políticas, culturais e sindicais.

Posta no vosso conhecimento esta grata notícia, por hoje as melhores saudações democráticas.

ass.) J. LOPES MENDES
Secret. de Relações

Reclamemos anistia para os patriotas presos!



Com o objetivo de desorganizar as crescentes lutas do nosso povo e de manter no poder o regime de Salazar os criminosos da PIDE não recuam perante as maiores atrocidades.

O clichê que hoje publicamos é de José Magro, membro do Comitê Central do Partido Comunista Português, preso em 24 de Maio último, depois de se ter evadido, em Dezembro, do Forte de Caxias. A vida deste abnegado patriota corre perigo, a PIDE não hesitará diante de nenhuma violência. Prestemos-lhe pois, toda a solidariedade. Só nós podemos impedir que a PIDE o torture e lhe roube a vida. Reclamemos que saia da incomunicabilidade e que seja libertado! Reclamemos anistia!

Noticias da Africa do Sul

(Do nosso correspondente)

Não é por acaso que a União Sul-Africana tem em Salazar um dos seus raros aliados internacionais.

Adelino Simões, cidadão português de 28 anos e há 3 anos residente em Johannesburg, onde ganhava a vida como interprete, foi preso naquela cidade em 31 de julho p.p. e deportado imediatamente, em segredo, para Lourenço Marques, sob a acusação de defender idéias subversivas quer da estrutura racista da União Sul-Africana quer, é claro, de salazarismo.

Este procedimento da União Sul-Africana, numa altura em que, de todos os países da Europa Ocidental, se prepara a próxima realização em Paris da Conferência Pró-Anistia, chocou profundamente a opinião pública democrática. E não só a ela.

A Comissão Internacional de Juristas interveio a favor daquele democrata português e o mesmo está fazendo o Colonial Freedom, de Londres.



A gravura é a reprodução da capa de "Nove Poemas", última obra de Carlos Maria de Araujo, um dos fundadores deste Boletim, recentemente desaparecido num desastre de aviação.

Durante algum tempo publicamos o mesmo clichê, anunciando a edição de "Nove Poemas", presentemente esgotada.

Ao publicá-lo de novo, pretendemos homenagear Carlos Maria grande impulsor da Conferência dos Países da Europa Ocidental, a qual doou uma tiragem especial da referida obra, com gravuras de Clovis Graciano.

PAGINA 7

Os brasileiros aderem à Conferencia

No apelo em que pedimos a todos os brasileiros o seu apoio franco e integral à Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, salientamos o papel do Brasil, como pioneiro do movimento mundial a favor da anistia aos presos e perseguidos políticos ibéricos.

Naquele documento dizíamos: "o Brasil conhece, melhor do que todos os outros povos, o drama em que se debate a pátria portuguesa", e à pergunta — "poderá Portugal continuar como até agora?" — respondíamos: "sabemos qual a resposta dos brasileiros, como democratas e amantes da Liberdade e da Paz".

Uma vez mais se confirma a confiança dos democratas portugueses e do povo brasileiro.

De todo o imenso Brasil chegam adesões à Conferência de Paris, Centenas de personalidades brasileiras em destaque nas letras, nas artes, na política, na vida universitária, sindical e estudantil assinaram já a Declaração de apoio à Conferência, cujo texto publicamos no último número deste Boletim.

Passamos a indicar os seus nomes: Embaixador ALVARO LINS, prof. catedrático, membro da Academia Brasileira de Letras; ENIO DA SILVEIRA, escritor e editor; PAULO DA SILVEIRA, escritor e jornalista diretor do jornal

"ULTIMA HORA" (Rio); MARQUES REBELO, escritor; JAIR CAMPOS, poeta; FERREIRA GOULART, poeta e jornalista; MOACYR WERNEK DE CASTRO, escritor e jornalista; OTAVIO MALTA, escritor e jornalista; SALDANHA COELHO, deputado estadual, líder do PTB na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara; ROLAND CORBISSIER, deputado estadual (GB); HERCULES CORREIA DOS REIS, deputado estadual (GB); SALVADOR ROMANO LOSACO, deputado federal; GERMINAL FEIJO, deputado estadual (SP); PLINIO ROLIM DE MOURA, coronel do FP(SP.); OSCAR GONÇALVES BASTOS, coronel do Exército, secretário da Frente de Libertação Nacional; LUIS BAYARDO DA SILVA, tenente-coronel do Exército, presidente da ADISEB; DANTE PELLACANI, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; HUMBERTO PINHEIRO, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; OTHON CANEDO LOPES, Federação Nacional dos Transportes Marítimos, Ferroviários e Aéreos; FILIPE RAMOS RODRIGUES, presidente da Federação Nacional dos Portuários; OTTO BRACARENSE COSTA, da Federação dos Empregados Bancários do Paraná; LUIS TENORIO DE LIMA, Federação dos Trabalhadores da Alimentação de S. Paulo.

Apoio financeiro à Conferencia

A campanha financeira de ajuda à Conferência de Paris, iniciada pela Comissão para a Anistia da UDP e prestigiada pela participação pessoal do eminente líder democrata prof. Ruy Luís Gomes que, como noticiamos em nossa última edição, se deslocou propositadamente a São Paulo e Rio de Janeiro para tratar desta tarefa, começa a dar os seus frutos.

Os resultados obtidos até 22 de Agosto — data em que se encerrou o balancete que abaixo transcrevemos — revelam a compreensão e unanimidade dos portugueses democratas residentes no exterior, quanto à importância da Conferência que terá lugar em Paris de 3 a 4 de Novembro próximo.

Com efeito, a campanha pela anistia, além de ser uma reclamação nacional que, no interior, mobiliza integralmente o povo português, é para os portugueses democratas radicados no exterior a forma mais eficiente de participarem na luta geral contra o fascismo. Nenhum português ignora que a principal base de sustentação do regime fascista é a repressão. Lutar contra a repressão e pela anistia significa, portanto, atacar o fascismo na sua base fundamental.

Os trabalhos preparatórios e a realização da Conferência de Paris, segundo estimativa do Comitê Nacional Francês, envolvem encargos da ordem dos 16 milhões de francos.

O êxito da Conferência poderá ser prejudicado se não levarmos, pronta-

PAGINA 4

mente, a nossa ajuda financeira ao Secretariado do Comitê Internacional, responsável pela organização da Conferência.

Esperamos que os democratas portugueses e brasileiros que ainda não contribuíram financeiramente para assegurar o pleno êxito da Conferência de Paris, sigam o exemplo dos democratas que a seguir mencionamos.

MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO FINANCEIRO DE AJUDA À CONFERENCIA DOS PAISES DA EUROPA OCIDENTAL PARA A ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS PORTUGUESES.

ENTRADAS		SAIDAS	
	Cr\$		Cr\$
Donativos recebidos:		Despesas e remessas	
Armindo Azevedense	20.000,00	Expediente e correspondência, conf. doc n.º 1	6.339,00
José Luis	3.000,00	Transporte de quadros para mostra de Paris — doc. 2	2.400,00
José Santos Pereira	5.000,00	Impressos — doc. 3	14.700,00
JOSÉ Fonseca Martins	1.000,00	Viagens e desp. estadia — doc. 4	66.992,00
Cap. Francisco Pimentel	5.000,00	Remessa para o Sec. do Comitê Nacional Francês, M. Daniel VIDAL, feita em 14/8/62, conf. doc. 5 (valor equivalente a 2.586,20 N. F. ao câmbio do dia)	300.000,00
E. M. I.	1.000,00		
Augusto Gomes	500,00		
Francisco M. Silva	200,00		
Dionizio José Pinho	50,00		
Manuel Rocheta	1.000,00		
José Rodrigues	200,00		
Eduardo P. Fernandes	1.000,00		
Avelino Tavares	500,00		
J. Oliveira	600,00		
Abilio Augusto R. Silva (lista 72)	1.200,00		
Miguel Urbano Rodrigues	20.000,00		
Francisco Aleixo (US \$ 20,00)	8.300,00		
F. C. S.	500,00		
Paulino Pereira Brites	500,00		
Francisco Maria Salgueiro	20.000,00		
Avelino Alves Ferreira	3.000,00		
Prof. Ruy Gomes	23.000,00		
Afonso Costa	1.000,00		
Victor Cunha Rêgo	13.000,00		
Marinheiro Júnior	109.500,00		
Victor Cunha Rêgo (500 Fts. suíços e 35 Libras inglesas) ao câmbio	113.250,00		
Irmãos Seabra	20.000,00		
Joaquim Oliveira	20.000,00		
Manuel Rocheta	20.000,00		
M. A.	100.000,00		
Lenine de Jesus Alexandre	5.000,00		
Total dos recebimentos	517.300,00	Total saído	390.491,00
Resultado da sessão de teatro realizada em 13/4/62, conf. mapa	51.000,00	Saldo em Caixa	177.809,00
Total recebido	568.300,00		568.300,00

São Paulo, 22 de Agosto de 1962.

O tesoureiro da Comissão: Alexandre Pereira

Pela Comissão Executiva e Comissão para a Anistia da UDP: Vitor Cunha Rego; Carlos Cruz; Joaquim Duarte Baptista; Manuel Sertório; Lenine de Jesus Alexandre; Helder Costa; Joaquim Quitério; João Manuel Tito de Moraes; Augusto Aragão.

PAGINA 5

A opinião mundial contra Salazar

CRESCER EM ITALIA A CAMPANHA PELA ANISTIA E DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DOS ESTUDANTES, DA JUVENTUDE E DO POVO PORTUGUES

Perante as heroicas lutas e manifestações quer dos estudantes portugueses pelas suas legítimas reivindicações académicas, quer da juventude em geral pelas suas reivindicações de uma vida melhor, anistia, liberdade, paz em Angola, a opinião pública italiana tem reagido com grande interesse e caloroso apoio. Jornais e revistas de todas as tendências têm publicado abundante noticiário, comentários favoráveis, artigos, "cartas de Portugal" — consagrados à coragem e capacidade combativa da nossa juventude, às suas condições de vida, às suas aspirações. Assim tem sucedido desde o pró-governamental "Messagero", o qual já nas pseudo-eleições de 1961 mandara um enviado especial a Portugal, ao órgão central do PCI, "Unitá" o qual enviou recentemente um dos seus mais famosos jornalistas — Boffa — a Portugal, onde foi preso e expulso. Do mesmo modo o jornal das juventudes democráticas cristãs — isto é, as juventudes do Partido governamental — teve em Portugal um redator, Sferazza, que escreve nos seus artigos: "a ditadura tem os dias contados", e refere a "coesão da oposição", a "vontade de acção e de luta do povo", o "luto académico" dos estudantes, e os jovens que no 1.º de Maio gritavam nas ruas "TEMOS FOME", "ASSASSINOS". O diário do Partido Socialista nenniano "Avanti!" também publicou uma série de artigos do escritor italiano Repetto, que assistiu em Lisboa às manifestações do 1.º de Maio, e relata pormenoradamente a repressão que se abate sobre o povo português, em luta por melhores salários, anistia, liberdade para Angola. Um dos seus artigos intitula-se "Um Povo heroico — que não tem mais medo!". O jornal progressista "Paese Sera" teve em Portugal um dos seus melhores redatores, Minutti — igualmente preso e expulso — o qual de regresso a Roma escreveu uma série interessante de 6 artigos, um dos quais — por exemplo — intitulado "Portugal: a Ida-de Média na Era Atomica", em que descreve o domínio do monopólio da CUF no Barreiro e o baixíssimo nível de vida dos operários portugueses. Boffa, do "Unitá", intitulava um dos seus artigos — depois do regresso — "Salazar tem medo — Um fascismo que não consegue mascarar-se". Outros periódicos a publicar notícias, artigos e fotografias sobre a repressão, a luta anti-fascista em Portugal, e a campanha pela Anistia têm sido o semanário ilustrado "Espresso", o semanário das juventudes comunistas "Nuova Generazione" que tem publicado artigos sobre a luta da juventude portuguesa praticamente semana sim, semana não, o jornal católico de "Torino", "Quindici Giorni", um outro hebdomadário de colaboração católica e socialista "Il Punto" — o qual além de publicar artigos quase todas as semanas sobre Portugal, editou recentemente bela brochura sobre a luta do povo português, a repressão e a Campanha pela Anistia, em colaboração com o "Comité Italiano pela Anistia e as Liberdades Democráticas em Portugal" que está desenvolvendo um bom trabalho de solidariedade como se depreende do quadro acima traçado. Acaba de sair um artigo no Semanário oficial do Partido Democrata-Cristão, "Discussione", e estão para aparecer outros artigos no órgão central deste mesmo Partido.

Como é sabido em Maio a Juventude Portuguesa no Exterior lançava um apelo à solidariedade internacional de todas as organizações juvenis e estudantis, e propunha que o 19 de Maio — aniversário do assassinato da jovem camponesa Catarina Eufémia — fosse uma Jornada Internacional de solidariedade com a luta dos estudantes e da Juventude em Portugal, pela Anistia aos jovens presos. A este efeito foram editados postais diversos, brochuras, cartazes, e foram conduzidas campanhas em vários países da Europa Ocidental e Oriental, da América Latina e da Ásia. Em Itália esta campanha foi um êxito im-

portante, trouxe um reforçamento notável à ajuda da juventude de todo o mundo para com a juventude portuguesa. De meados de Maio a meados de Junho, multiplicaram-se as demonstrações de solidariedade com o envio de telegramas de protesto à Embaixada Portuguesa em Roma, a aprovação de moções em fábricas e escolas, a realização de comícios e afixação de cartazes. Assim, por ex.º, a UNURI (a União Nacional dos Estudantes Italianos) enviava cartas de solidariedade às Associações Académicas portuguesas e de protesto a Salazar e Lopes de Almeida. A União Goliárdica Italiana (associação estudantil laica) enviava telegramas vários de solidariedade e protesto. No seu Congresso Nacional era aprovada uma moção de solidariedade com os estudantes portugueses e espanhóis. De Florença, vários movimentos juvenis enviavam telegramas de protesto à Embaixada Portuguesa em Roma. Mais recentemente, eram os sindicatos da CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho — a maior central) que realizavam comícios de solidariedade com a luta dos povos espanhol e português em Livorno, Milão e outros pontos de Itália. O Conselho Juvenil da Juventude Trabalhadora da mesma central sindical fazia aprovar moções em várias fábricas e enviar postais a reclamar a Anistia para os jovens presos. Em Cagliari, na Sardenha, eram as associações estudantis locais que realizavam uma sessão de solidariedade com a luta dos estudantes portugueses e espanhóis. Em Nápoles, organizavam os jovens democratas-cristãos — católicos, do partido governamental, — um comício de solidariedade com a juventude portuguesa e espanhola, ao qual chegara uma saudação de jovens democratas portugueses. Em Messina, na Sicília, o centro regional Siciliano do Movimento Federalista Europeu distribuía um manifesto, no mesmo sentido. Na cidade de Carrara realizava-se uma manifestação numa praça com centenas de estudantes presentes e em que falavam representantes das juventudes comunistas, juvenis católicas, e juvenis republicanas. O Conselho Municipal de Spezia fazia aprovar uma moção de solidariedade com os povos português e espanhol. De igual modo o CIGI (Comité Italiano de Iniciativa Juvenil) que adere à WAY (Assembleia Mundial da Juventude), organização "ocidental" da Juventude. As Federações locais das Juventudes Comunistas Italianas, pelo seu lado, levavam a cabo uma campanha de envio de postais reclamando a Anistia para os jovens presos políticos.

A SESSÃO DE ROMA

A manifestação central desta campanha foi uma sessão pública, promovida em Roma, no Teatro Del Satiri, pela UNURI (União Nacional dos Estudantes Italianos), em colaboração com todos os movimentos juvenis anti-fascistas italianos, com o "Comité Italiano pela Anistia e Liberdades Democráticas em Portugal", e com os jovens democratas portugueses no Exterior.

A Sessão foi convocada com as palavras de ordem: **SOLIDARIEDADE COM A JUVENTUDE PORTUGUESA EM LUTA! ANISTIA AOS ANTI-FASCISTAS PRESOS!**

Perante uma assistência de várias dezenas de jovens entusiastas e interessados falaram: **SIRO BRONDONI**, do Movimento Estudantil Católico INTESA, e presidente da UNURI, o qual traçou um quadro rápido das recentes lutas estudantis em Portugal, e reafirmou mais uma vez a solidariedade da UNURI para com os colegas portugueses nas suas reivindicações académicas, e a adesão da UNURI à campanha internacional pela Anistia e as Liberdades Democráticas.

Um estudante português, C.L., saído há pouco tempo de Portugal, falou em pormenor as lutas dos seus colegas, desde as manifestações de rua durante a pseudo-eleições de Outubro e Novembro de 1961, às grandiosas lutas de massas pelos direitos académicos, à atitude da juventude contra a guerra de Angola. A sua intervenção foi escutada em profundo silêncio, só interrompido por uma vibrante salva de palmas quando

o estudante português relatou o seu próprio caso do oficial miliciano, detido militarmente por ter manifestado perante outros oficiais a sua oposição à guerra, e por isso obrigado a desertar antes da partida para Angola. No fim da intervenção, de novo o jovem português foi calorosa e longamente aplaudido.

O momento culminante desta aplauso foi aquele em que da mesa da presidência se levantou, para falar também, o estudante angolano Costa Andrade, e os dois jovens — português e angolano — estreitaram mãos numa saudação fraternal, perante a assistência e a televisão italianas.

Costa Andrade, em seu nome e no de outros estudantes angolanos que lutam pela independência do seu país, declarou ver com muito interesse e esperança a atual movimentação dos estudantes portugueses da qual se sentia solidário, e ao mesmo tempo saudou no colega português, e no seu exemplo, toda a juventude que em Portugal compreendeu que o seu inimigo é o mesmo que o da juventude angolana — o fascismo, o colonialismo, a guerra.

Intervieram ainda com breves saudações, **MAINARDI** da CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos Livres), organização dos trabalhadores católicos que falou em nome do Conselho Juvenil da sua central sindical e das outras centrais sindicais. **CHIARENZA**, diretor do hebdomadário "Democrazia Liberale", que falou em nome do CIGI (Comité Italiano de Iniciativa Juvenil) e da WAY (Assembleia Mundial da Juventude). **TURCI**, que trouxe as saudações da Federação Juvenil Comunista. **OCCHETTO** que falou pelo hebdomadário católico "Adesso", e **SFERAZZA**, das Juventudes Democráticas Cristãs, recém-chegado de Portugal onde assistira às heroicas manifestações do 1.º de Maio.

Estavam presentes a Radio-Televisão Italiana, que fez no seu programa da noite transmissão de alguns aspectos da Sessão, e jornalistas do "Avanti!", "Conca Republicana" órgão do Partido Republicano, "Popolo" órgão do partido governamental democrata-cristão, "Unitá" órgão do Partido Comunista.

Chegaram muitos e importantes telegramas de saudação e adesão, vindos de todas as partes da Itália, alguns dos quais transcrevemos a seguir. Foi aprovada pela Assembleia o envio de telegramas de protesto à Embaixada Portuguesa, os quais transcrevemos a seguir.

J. J. ROMERO

Participo vossa manifestação solidarizando-me plenamente luta Juventude Portuguesa em seu nome pessoal e Universitários Florentinos e faço votos difusos de iniciativas de solidariedade de todo o Movimento Estudantil

PIERO SPAGNA — (Conselheiro Nacional da União dos Estudantes Universitários Italianos)

Impossibilitado levar pessoalmente expressão solidariedade estudantis portugueses em luta por liberdade noco exprimir nosso desejo rainda instituição democracia portuguesa

ORSELLO — Secretário da Democracia Liberal Italiana

Impossibilitado intervir manifestação solidariedade juventude portuguesa exprimo mais caloroso apoio do organismo representativo da Associação Académica de Venezia

GILBERTO MURARO — (Presidente)

À Embaixada Portuguesa Jovens socialistas florentinos indignados repressões policiais manifestações estudantes portuguesas pró liberdade e autonomia suas associações exprimem plena solidariedade com estudantes e povo português em luta contra ditadura fascista de Salazar

FEDERAÇÃO JUVENIL SOCIALISTA

Embaixada Portuguesa Estudantes universitarios demo-

craticos de Florença protestam veementemente contra repressões governo Salazar que ferem legítimos direitos estudantes portugueses requerem revogação decreto que impede associações e imediata liberdade dos estudantes presos **ASSOCIAÇÃO UNIVERSITARIA FLORENTINA**

Embaixada Portuguesa Protestamos energicamente contra repressões associações estudantis e medidas policiais contra estudantes e trabalhadores pedimos reconhecimento jornada estudantil e libertação imediata estudantes presos e direito democratico da organização autonoma da juventude e anistia geral para todos os presos portugueses políticos e exilados

FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA ITALIANA — (Florença)

MENSAGEM DOS METALURGICOS

Não cessam de chegar à nossa Redação documentos de solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo aos operários portugueses que, em Maio, se levantaram contra o fascismo. A seguir transcrevemos mais um importante documento, emanado de uma das mais poderosas organizações sindicais italianas:

"O Conselho Nacional da Federação dos Trabalhadores Metalurgicos asseguram vos profundo sentimento anti-fascista de todos os metalurgicos italianos e protesta vigorosamente contra as violências de que os melhores trabalhadores e sindicalistas portugueses são vítimas. O Conselho exprime aos trabalhadores portugueses em luta a solidariedade activa e indestrutível e condena de novo a ditadura de Salazar e promete-vos esforçar-se por continuar a luta de todo o movimento sindical internacional para que o povo português conquiste a Liberdade e a Democracia. Milão, 12-13 de Maio de 1962".

Reunião em Mar Del Plata

Os Portugueses Democratas do Mar del Plata, em reunião plenária com o Presidente da "Agrupação de Portugueses Democratas" do Uruguai, formularam uma Declaração que estabelece alguns dos pontos que devem nortear a atuação da oposição no exterior: Transcrevemo-la na íntegra:

— Que se comprometem a ajudar, por todos os meios ao seu alcance, a luta titânica que mantém o Povo Português contra o regime ditatorial, que domina, há 36 anos, a sua querida Pátria.

— Que não devem ser poupados esforços para organizar-se uma Federação de Portugueses Democratas do Rio da Prata, com o fim de coordenar as atividades da oposição portuguesa riopratense.

— Que toda a declaração feita por opositores individualmente, não significa a opinião da massa opositora ao governo de Salazar, organizada em núcleos, no exterior.

— Darão, dentro das suas possibilidades, todo o apoio à Confederação dos Países da Europa Ocidental Pró Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Portugal.

— Reafirmam reconhecer o direito à auto-determinação dos povos das colónias sob o domínio do governo de Portugal e a sua independência política, se assim o desejarem.

— Agradecem por ultimo ao Povo riopratense todas as manifestações de compreensão da luta anti-salazarista, certos de contar com o seu apoio no futuro.

Mar del Plata, 18 de Julho de 1962

Pela "Agrupação de Portugueses Democratas" do Mar da Prata. José Jesus Pina — Secretário Geral

Pela "Agrupação de Portugueses Democratas do Uruguai" — Maria Luísa Silva Neves — Presidente.

5 de Outubro

O Centro Republicano Português promoverá no próximo dia 5 de Outubro um jantar comemorativo do 52.º aniversário da implantação da República em Portugal.

Esperamos que este ato será uma jornada de unidade anti-salazarista de todos os democratas portugueses de São Paulo e informaremos os interessados, a partir da ultima semana deste mês e pelo tel.: 37.0933, do local escolhido e preço da inscrição.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL

Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes; Manuel Ferreira Moura.

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 — Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º sala 908

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Algo Av. Visconde de Caupe, 2.853 Fortaleza — Ceará

CAXIAS: Manuel da Costa (Manca) — Caixa Postal, 114 — Caxias (Estado do Rio)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comité dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colónia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: US \$ 5,00

Ano VII — N.º 64 — Agosto de 1962

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

A opinião pública brasileira levanta o problema dos asilados

A sobrecarga com que Salazar vem agindo na delicada situação diplomática criada pela presença na Embaixada do Brasil em Lisboa de cerca de vinte democratas portugueses que ali procuraram proteção contra a fúria repressiva do aparelho policial do regime acabou, como era de prever, por esgotar a paciência da opinião pública brasileira. Depois de alguns jornais se terem com certa insistência referido à desprestigiante situação criada para o Brasil pela recusa de Salazar em admitir qualquer discussão em torno do assunto, principiou a tomar forma, em meados de Agosto, uma grande campanha nacional destinada a chamar a atenção do governo brasileiro para a situação dos asilados e a inqualificável conduta adotada no caso pelas autoridades fascistas de Lisboa.

Na impossibilidade de transcrever todos os apelos, protestos e manifestações de apoio à campanha, dados a público, reproduzimos abaixo os principais:

Apelo ao Itamarati

Ao ministro das Relações Exteriores, Sr. Afonso Arinos de Mello Franco, foi entregue o seguinte apelo que teve larga divulgação nos principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Excelentíssimo Senhor
Ministro das Relações Exteriores
Doutor Afonso Arinos de Mello Franco
RIO DE JANEIRO

Vários órgãos da imprensa nacional e internacional ocuparam-se nas últimas semanas com insistência do problema diplomático criado pela presença na Embaixada do Brasil em Lisboa de 20 asilados políticos portugueses que ali se refugiaram para fugirem à sanha repressiva da ditadura de Salazar. Essa delicada questão, que já vinha preocupando há muito a opinião pública nacional, tende a transformar-se assim em assunto susceptível de deixar mal colocado o nome do País em face da consciência mundial. E com razão. Quaisquer que sejam os entraves levantados pelo governo português à vinda para o Brasil desses 20 asilados e os artificios a que recorra na defesa dos seus indefensáveis pontos de vista, não se compreende a passividade com que o Itamarati, vem agindo num caso de tanta relevância e cujas implicações humanitárias colocam em jogo as tradições democráticas e hospitalares da nação. A tendência do sr. Salazar para traçar ele próprio os rumos da "política portuguesa" do Brasil vem de longe e os fatos demonstram que foi quase sempre bem sucedido. Só quando o País, em memorável intervenção de Vossa Excelência na ONU, condenou frontalmente o colonialismo luso, pronunciando-se pela autodeterminação de Angola, essa situação se modificou. A linha que o Itamarati segue agora é, na própria definição oficial, de fidelidade a uma política de independência completa. Não esquecendo que foi sob a égide de Vossa Excelência que findou a era da subserviência no Ministério das Relações Exteriores, anima-nos a esperança de que, encontrando-se novamente à frente do mesmo, saiba Vossa Excelência encontrar para a questão dos asilados da nossa Embaixada de Lisboa a solução rápida e digna que a opinião pública está exigindo. Permitimo-nos lembrar a Vossa Excelência que o silêncio oficial a respeito é tanto mais estranhável quanto, em diversos ensejos, o governo da República não permaneceu indiferente em face de situações juridicamente similares. Em nota dirigida ao Embaixador de Cuba, acaba, precisamente, o Itamarati de solicitar uma "solução definitiva" para o problema dos asilados políticos que se encontram na Embaixada do Brasil em Havana, esclarecendo, inclusive, que se cogita do envio de um contingente de fuzileiros navais para a sede da nossa representação diplomática. É essa "solução definitiva" que a opinião pública brasileira reclama para as vítimas de Salazar, que se encontram sob a proteção da nossa Embaixada em Lisboa. Vossa Excelência é o primeiro a saber que uma política de dois pesos e duas medidas causaria a maior e mais justificada repulsa popular.

Lembramos ainda a Vossa Excelência que são penosas as condições de vida desses asilados, alguns deles refugiados na Embaixada desde Agosto de 61, isto é, há mais de 1 ano. Tão penosas, que não havendo já instalações disponíveis teve o nosso Embaixador de alu-

gar uma casa onde se amontoam presentemente. Dos 20 asilados, cuja diversidade de profissões e classes sociais constitui uma prova expressiva da unanimidade da oposição a Salazar, conhecemos os nomes de 15: Alfredo Martins, motorista; Carlos Alberto Silva Abreu, barbeiro; Delmar da Silva, electricista; Francisco Alberto Veloso, advogado; Gabriel Castro Freitas, datilógrafo; José Gonçalves, motorista; José Alexandre Humberto Pelágio, estudante; José Paulo da Silva, engenheiro geógrafo; Lígia Monteiro, médica; Manuel Pedroso Marques, oficial do exército; Maria Rita Rolão Preto da Silva Graça, prendas domésticas; Maximino Rosa Serra, estudante; Nildas Skapinakis, pintor de arte; Primavera Neves Pedroso Marques, licenciada em letras e Rui Feliciano, médico.

O julgamento da ditadura de Salazar pelo povo brasileiro está feito. Não invocaremos pois argumentos de ordem política. O que esperamos de Vossa Excelência é um gesto humanitário e uma atitude coerente com a política de independência que se empenha em imprimir ao Itamarati. Esse o sentido do nosso apelo para que sejam urgentemente arrancados de Lisboa os 20 asilados políticos que procuraram a proteção do Brasil.

Respeitosamente,
Este apelo foi assinado, entre outras, pelas seguintes personalidades: DEPUTADOS, Cid Franco, Cardoso Alves, Arruda Castanho, Luciano Lepera, Germinal Feijó, Rocha Mendes, Santilli Sobrinho, Jacob Zveibil, Farabulini Junior, Eduardo Barnabé, DIRIGENTES SINDICAIS: Pedro Iovini, Pres. Sind. Bancários, S. Paulo; Remo Forli, Pres. Sind. Metalúrgicos; Salvador Rodrigues, Pres. Sind. Marceneiros, S. Paulo; José Molenidó, Sind. Trab. Ind. Textil, São Paulo; Eugénio Champ, da Fed. dos Trab. Metalúrg. S. Paulo; Rubens Vasconcelos, da Fed. Emp. Bancários, São Paulo; Armando Ziller, da Fed. Emp. Bancários de Minas Gerais e Goiás; J. Campos Ramos, do Sind. Trab. Ind. Graf. São Paulo; Reginaldo Dias Nascimento, Pres. Sind. Padeiros e Conf. S. Paulo; Acrisio Dalarruvera, Pres. Sind. Imob. de S. Bernardo do Campo; Remigio Perote, Pres. Sind. Trab. Inds. e Artes. Couros de S. Paulo; Genésio S. Almeida, Sind. Trab. Carris Urbanos de São Paulo; António Ramos de Araújo, Sind. Cond. e Veic. Rodoviários e Anexos de S. Paulo; Orisson Saraiva Castro, Sind. Met. de São Bernardo do Campo; José Cubertino de Moraes, Sind. Const. Civil de São Paulo; Roberto Moreira, do Sind. Oficiais Marceneiros do Est. da Guanabara; José Cesário Fernandes, Sind. dos Textéis de São Bernardo do Campo; Calmêlio Teixeira, Sind. Fiação e Tecidos de São Bernardo do Campo; Raimundo Pereira de Araújo, Sind. Cond. e Veic. de São Paulo; António Petransan Filho, Sind. Ferrov. Santos-Jundiaí; Rubens Hofman, Sind. de Carnes e Deriv. de São Paulo; A. Albano, Sind. Emp. Bancários do Rio de Janeiro; Carlos Almeida Vasconcelos, Sind. Emp. Bancários de São Paulo; Rodolfo Pamplona, Pres. Sind. dos Securitários de São Paulo; Feola Bastos, Presid. do Sind. dos Securitários da Bahia. ESCRITORES E JORNALISTAS: Helena Silveira, Pres. da União Brasileira de Escritores de São Paulo; Cláudio Abramo, jornalista; Luiz Martins, escritor; Geraldo Ferraz, escritor; Mário Neme, escritor; Rubens Rodrigues dos Santos, jornalista; Décio de Almeida Prado, escritor; Sérgio Andrade (Arapuá), jornalista; Fúlvio Abramo, Pres. Assembleia Geral do Sind. dos Jornalistas. JURISTAS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: Luiz Resende Puech, advogado; Cruz Costa; Florestan Fernandes; Jacy Monteiro; Otávio Ianni; Prochet

Ferreira, Dolores de Mello, Secretária da Comissão de Anistia. LIDERES ESTUDANTIS: Ezneider, da União Estadual dos Estudantes de São Paulo; Waldemar Santos, Secretário do Centro Acadêmico "XI de Agosto", da Fac. de Direito da USP; Carlos Roberto Garcia, Sec.-Geral do DCE da USP; Luiza Lindberg Lima, do Centro Acadêmico da Fac. Filosofia da Universidade Mackenzie; Pierre Marcello, do Centro Acad. da Fac. Filosofia, Ciências e Letras da USP; Sylvio Band, do Gremio Politécnico da USP; Roberto Martins, Pres. do Centro. Acad. "Rocha Liria", etc.

Pronuncia-se a imprensa

Correspondendo imediatamente ao apelo o jornal "ULTIMA HORA", na sua edição do dia 20 de Agosto, publicou na seção "Revista dos Jornais" o seguinte artigo de Isaias Caminha:

O sr. Afonso Arinos deve ler e meditar com a mais cuidadosa atenção o apelo que lhe dirigiram parlamentares, líderes sindicais, jornalistas e escritores, em favor dos asilados portugueses em nossa Embaixada na capital lusitana. O texto desse apelo é de uma lucidez e argumentação admiráveis. Nem chega a invocar propriamente razões de ordem política com respeito ao regime de Salazar — que a maioria da opinião pública brasileira condena. Levanta, apenas, razões humanitárias.

Na verdade, uma única vez na história das relações entre o Brasil e o atual governo de Lisboa tivemos atitude de independência e insubmissão perante as exigências de Salazar ou as forças económicas que o representam. Foi a atuação do embaixador Alvaro Lins, que defendeu a dignidade do nosso País frente aos esbirros da diplomacia salazarista no caso do asilo a Delgado.

Depois veio esse pobre homem que se chama Negrão de Lima, tão negrão que ainda impede que se torne mais clara a nossa política em face de Salazar. Mesmo sobre Angola, nunca fomos além de pronunciamentos relativamente tímidos. Sabe disso muito bem o sr. Afonso Arinos, a quem pedimos hoje que possa agir de acordo com a nova política que ele mesmo inaugurou no Itamarati, com uma coragem e sabedoria que o povo não mais esquecerá, já que ela serve aos interesses vitais do nosso País.

Diz o referido apelo que "a tendência do sr. Salazar para traçar ele próprio os rumos da "política portuguesa" do Brasil vem de longe e os fatos demonstram que ele foi quase sempre bem sucedido. E' ou não verdade, meu caro chanceler? Leia mais adiante: "Só quando o País, em memorável intervenção de V. Exa. na ONU, condenou frontalmente o colonialismo luso, pronunciando-se pela autodeterminação de Angola, essa situação mudou".

Temporariamente, bem entendido, sem que isto diminua a sua importância.

Vinte asilados, sr. Afonso Arinos, vivendo em condições penosas, menos por culpa da nossa Embaixada do que por acomodações das quais não dispomos, pedem, através do comovedor apelo de brasileiros de todas as classes sociais — dispensados, é claro, o ex-chanceler João Neves da Fontoura, que V. Exa. tão bem conhece, e de igual modo o nosso incrível embaixador em Lisboa, sr. Negrão de Lima — que o Itamarati possibilite sua saída de Portugal, onde já não podem mais viver. Os tratados internacionais, senhor ministro, permitem que isto seja feito. Então que o impede de agir? Lembramos aqui, finalmente, estas linhas do manifesto: "Não esquecendo que foi sob a égide de V. Exa. que findou a era de subserviência do Ministério das Relações Exteriores, anima-nos a esperança de que, encontrando-se novamente à frente do mesmo, saiba achar para a questão dos asilados da nossa Embaixada em Lisboa a solução rápida e digna que a opinião pública está exigindo".

Numerosos artigos, refletindo um ponto de vista semelhante, foram

consagrados ao assunto por alguns dos nomes mais conhecidos do jornalismo paulista e carioca. Numerosas entidades culturais, agremiações políticas e gremios estudantis corresponderam também ao apelo, enviando telegramas ao ministro Afonso Arinos, solicitando uma rápida solução para o problema dos asilados portugueses.

Declarações de Afonso Arinos e Negrão de Lima

A importância que o problema dos asilados não mais deixou de ocupar nas colunas da Imprensa brasileira reflete bem o êxito da campanha desencadeada pelos democratas brasileiros amigos de Portugal. A vinda do próprio embaixador em Lisboa prende-se aliás, ao problema. O sr. Negrão de Lima não escondeu que o principal motivo pelo qual o Itamarati o chamou é o incidente diplomático criado pela presença dos asilados portugueses na sede da representação do Brasil em Lisboa. Depois de fazer várias considerações sobre o direito de asilo "como instituto latino-americano", o embaixador brasileiro declarou aos jornalistas:

"Assim a única solução é a diplomacia, pela qual os bons ofícios da Embaixada brasileira junto à chancelaria portuguesa culminarão com a saída dos que agora estão sob a proteção brasileira, para fora do país. Acredito na solução do problema, por esta única via possível, a diplomática, mas acredito que a completa solução do assunto será demorada. Os casos, parece-me, terão solução paulatina, de ordem individual, com o cuidado de cada caso de per si com a plena assistência de nossa Embaixada em Lisboa".

O chanceler Afonso Arinos, por sua vez, ao ser interrogado sobre o problema declarou que estava empenhado em obter para o mesmo uma solução tão rápida quanto possível.

Ultima Hora Guerra em Angola ameaça á paz

— Conclui comissão da ONU

Nações Unidas (setembro) — A comissão especial encarregada pela Assembleia Geral da ONU de estudar as condições existentes nos territórios sob administração portuguesa acaba de tornar público o relatório sobre os trabalhos a que procedeu. Esse informe constitui um verdadeiro libelo contra o colonialismo praticado pelo governo de Salazar, surpreendendo inclusive as autoridades portuguesas que não esperavam conclusões tão explícitas. Depois de dizer que Portugal não deve proteger mais o reconhecimento da evolução histórica irreversível do continente africano, o relatório afirma que AS MEDIDAS REPRESSIVAS EM ANGOLA E OUTRAS COLONIAS CRIAM UMA SITUAÇÃO QUE REPRESENTA UMA AMEAÇA GRAVE PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS.

Ainda segundo o informe, a melhora das condições de vida das populações das colônias lusas só pode ser conseguida através da independência única solução que os movimentos nacionalistas em luta aceitarão. Diante da recusa de Portugal em reconhecer o direito de tais povos à autodeterminação, os membros da comissão, sugerem que, de futuro, as exortações da Assembleia Geral da ONU sejam seguidas de sanções, sempre que desrespeitadas.

Os membros da comissão, como é sabido, foram proibidos de entrar nas colônias portuguesas pelo governo de Lisboa.

Intervem o Gen. Delgado

Ao transferir a sua residência para o Rio de Janeiro, o gen. Humberto Delgado foi recebido pelo chanceler Afonso Arinos, com quem mantém há muito relações cordiais. Embora não se tratasse de um encontro oficial, não podia o general, num momento em que se desenvolve no Brasil uma campanha em favor dos asilados da embaixada brasileira em Lisboa, deixar de se ocupar de tão importante problema. Assim, expôs a situação delicada em que se acham os atuais 13 asilados, naturalmente sujeitos ao desgaste psicológico inerente à prolongada permanência, sem esperança de saída. E alvitrou ao chanceler a possibilidade de solução que garanta aos asilados a sua saída de Portugal mesmo sem o cumprimento das disposições previstas nos acordos sul-americanos referentes à matéria, mas de forma a evitar que se repita o brutal procedimento da PIDE recentemente verificado no caso da sr. Neves Pedroso que ao viajar com sua filha, foi obrigada a descer do navio, meia hora antes da partida para o Brasil. Foi dessa forma que os esbirros da PIDE cumpriram o compromisso de livre saída mediante o qual a referida senhora havia abandonado a embaixada brasileira.

Novas prisões

LISBOA (Do correspondente) — Em circunstâncias ainda mal conhecidas a PIDE acaba de deter vinte e três elementos da oposição democrática.

Os detidos são acusados de pertencer às "Juntas Patrióticas" e de ao serviço destas, se dedicarem a aliciar membros das Forças Armadas no sentido da constituição de uma ampla frente unitária de combate ao regime.

Apenas são conhecidos, até agora, os nomes de quatro desses presos: Antonio Dias Lourenço, Salvador Pereira Amália, Maria Fernandes e dr. Alcindo Furtado Frago. Entre os restantes figuram quatro médicos, um arquiteto e três estudantes da Universidade de Coimbra.

Mais 23 patriotas portugueses estão pois nas garras da PIDE, serve dizer, sujeitos à tortura e correndo perigo de vida. Especialmente Antonio Dias Lourenço que desde há mais de duas dezenas de anos luta na clandestinidade contra o fascismo salazarista e faz parte do Com. Central do P. Comunista Português. Dias Lourenço conseguiu evadir-se do Forte de Peniche no Natal de 1954, e desde então, apesar da perseguição feroz da PIDE, se mantém na primeira linha da luta contra o fascismo.

Esperamos que a opinião pública do Brasil manifeste uma vez mais a sua potente voz impedindo que novo assassinato político seja perpetrado pela ditadura fascista de Salazar.

Endereços de Assinantes

ILMO. SR.
ALEXANDRE ANTUNES FERREIRA
R. LUCAS OSES, 259
IPIRANMA - CAPITAL

PREÇO
D.E.T. - S. PAULO

GRANDE FESTIVAL LUSO-BRASILEIRO

PROMOVIDO PELO:

CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS

O C. R. P. dando continuidade ao seu programa de fraternização Luso-Brasileira, promoveu para o dia 20 de Outubro de 1962, no Ginásio do Pacaembu ás 20 horas, grandioso festival de âmbito social, constando o mesmo de:

I PARTE

Apresentação do

Rancho Infantil do C. R. P.

Rancho Pauliteiros de Vila Maria

Rancho Folclórico Luziadas de Santos

II PARTE

Grandioso Baile abrilhantado pela

ORQUESTRA ELCIO ALVAREZ

OBS. — Durante o transcurso da I parte será coroada a Rainha do Festival e o Clube mais popular.

**Pedidos de convites e reserva de mesas
pelos telefones: 37-0933 - 35-7778 - 36-6710**